

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LINGUAGENS, MÍDIA E  
ARTE

ANDRÉA DE CASTRO MELLONI

**NOTÍCIAS DO LUGAR QUE RESTOU: SOBRE OBJETOS E MEMÓRIA NA  
CONDIÇÃO DO REFÚGIO**

CAMPINAS

2021

**NOTÍCIAS DO LUGAR QUE RESTOU: SOBRE OBJETOS E MEMÓRIA NA  
CONDIÇÃO DO REFÚGIO**

Dissertação apresentada como requisito das exigências do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguagens, Mídia e Arte da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, para obtenção do título de Mestra em Linguagens, Mídia e Arte.

Orientadora: Profa. Dra. Luisa Angélica Paraguai Donati

Co-orientador: Prof. Dr. Ricardo Gaiotto de Moraes

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Rizziolli Pires CRB 8/6920  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

305.906914 Melloni, Andréa de Castro  
M527n

Notícias do lugar que restou: sobre objetos e memória na condição do refúgio /  
Andréa de Castro Melloni. - Campinas: PUC-Campinas, 2021.

125 f.

Orientador: Luisa Angélica Paraguai Donati; Coorientador: Ricardo G. de Moraes.

Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídias e Arte) - Programa de Pós-  
Graduação em Linguagens, Mídias e Arte, Centro de Linguagem e Comunicação,  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Refugiados. 2. Memória. 3. Objetos de arte. I. Donati, Luisa Angélica Paraguai.  
II. Moraes, Ricardo G. de III. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de  
Linguagem e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídias e  
Arte. IV. Título.

CDD - 22. ed. 305.906914

**ANDRÉA DE CASTRO MELLONI**

**“NOTÍCIAS DO LUGAR QUE RESTOU: SOBRE OBJETOS E MEMÓRIA NA CONDIÇÃO DO REFÚGIO”**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

APROVADA: 26 de fevereiro de 2021.



---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luísa Angélica Paraguai Donati**  
(Orientador - PUC-CAMPINAS)



---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Paula Cristina Somenzari Almozara**  
(PUC-CAMPINAS)



---

**Prof. Dr. André Pereira Botelho**  
(UFRJ)

Marielle presente!

## RESUMO

Esta dissertação pretende narrar um momento da vida de Hanoi, venezuelana de Caracas, que desde 2018 se refugia no Brasil. Ao abandonar seu país, Hanoi elege trazer consigo, como objeto de recordação de sua vida pregressa, a caixinha de música de sua filha. Por que trazer um objeto? Esta simples pergunta dispara um sem-número de reflexões sobre a natureza do refúgio. Podemos refletir sobre a escolha do objeto como um espaço de recordação, como uma relação entre passado-presente-futuro, mas também como representação da resistência à situação de refúgio e do futuro que está por vir. Minha hipótese é que os objetos são mensageiros de narrativas pessoais, ou seja, eles representam algum tipo de promessa que pode apontar para a possibilidade de pertencimento ao novo lugar, com novas experiências, novas inserções e ressonâncias para o refugiado/a, assim como para o país que o/a acolheu.

Palavras-chave: Refúgio. Objeto. Memória. Experiência.

## **ABSTRACT**

This thesis seeks to recount a moment in the life of Hanoi, born in Caracas, Venezuela, who has been living in Brazil as a refugee since 2018. When she left her country, Hanoi chose to bring along a memento of her former life: her daughter's music box. Why bring an object? The simple question touches off a flood of reflections on the nature of refuge. The choice of an object can be seen in terms of a space of memory or a relationship between past, present, and future, but it may also serve as a representation of resistance throughout the refugee condition and the future that lies ahead. My hypothesis is that objects are the bearers of personal narratives: they represent a sort of promise, hinting at the possibility of belonging to a new place, with new experiences, new relationships and constellations of meaning for the refugee, as well as for the country that took them in.

Keywords: Refuge / refugee. Object. Memory. Experience.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	9
CAPÍTULO I – REFÚGIO COMO DESCOBERTA .....	12
PARTE I .....	13
PARTE II.....	17
PARTE III .....	22
PARTE IV .....	50
CAPÍTULO II – O REFÚGIO COMO RELICÁRIO .....	78
PARTE I.....	79
PARTE II.....	89
CAPÍTULO III – QUERO GRAVAR AQUI SEU NOME .....	96
PARTE I .....	97
PARTE II.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	118
CRÉDITOS DE IMAGENS.....	124

## **APRESENTAÇÃO**

Este trabalho é fruto de alguns bons encontros. A ideia de pesquisar o mundo do refúgio surgiu quando tive contato com o *Pode Entrar*, livro didático de português para refugiadas e refugiados escrito por professoras voluntárias do Mafalda, cursinho popular pré-vestibular na periferia de São Paulo. É curioso pensar que um objeto inanimado, mas que fala muito, foi um dos fatores responsáveis pela minha trajetória como pesquisadora. E depois do *Pode Entrar*, muitos outros livros vieram.

O plano de fazer mestrado era antigo, mas faltava uma ideia que realmente me convencesse a mergulhar no mundo da pesquisa. Os astros pareciam estar do meu lado quando encontrei, por coincidência, no aeroporto de Viracopos, Ricardo Gaiotto, que numa deliciosa conversa não só me incentivou a escrever o projeto sobre os refugiados, como se colocou à disposição para lê-lo. No final da estória, tornou-se o melhor co-orientador que eu poderia desejar. Companheiro, amigo, super rigoroso, um intelectual admirável, apaixonado por literatura e, acima de tudo, uma pessoa extremamente libertária que soube respeitar minhas ideias, dúvidas e angústias neste processo.

Ao longo do mestrado, meu projeto foi se transformando. No mesmo período em que fazia as disciplinas na PUCC, me tornei professora voluntária de português para refugiadas e refugiados no Cursinho Mafalda. A experiência de ensinar para esse grupo de alunos foi fundamental para eu descobrir e azeitar o que realmente gostaria de estudar, afinal o mundo do refúgio pode ser infinito. Eu sabia que queria narrar uma estória, queria escrever algo com um caráter mais intimista, ou seja, gostaria de narrar uma situação singular que pudesse talvez dizer algo sobre muitas outras situações de refúgio. A sala de aula do Mafalda foi o lugar onde escutei as histórias pessoais de refugiados. Aos poucos, com a presença constante do Ricardo Gaiotto e também de Luisa Paraguai — que nesse momento tive a sorte de ter também como minha orientadora —, o mundo do refúgio e dos seus objetos caiu no meu próprio mundo.

Cheguei então à pergunta que permeou a minha jornada entre os objetos: muitos refugiados, ao abandonarem seus países, escolhem trazer consigo um objeto de recordação da sua vida pregressa. Por que trazer um objeto? Esta simples pergunta disparou um sem-número de reflexões sobre a natureza do refúgio. Nesta dissertação investigo, reflito e escolho contar a história de minha aluna Hanoi, refugiada venezuelana que vive no Brasil desde 2018. No momento em que deixa Caracas, ela traz, em sua pequena mala, a caixinha de música de sua filha.

Entre salas de aula, textos literários, imagens da minha pesquisa de campo, acampamentos de refugiados, caixinha de música e vidas desgarradas, este trabalho costura as experiências

daqueles que escolhem (ou não) trazer um objeto de seu país de origem no momento dolorido de abandonar sua casa, seus amores e uma parte de sua história. Minha hipótese é que os objetos são mensageiros de narrativas pessoais, ou seja, eles representam algum tipo de promessa que pode apontar para a possibilidade de pertencimento ao novo lugar, com novas experiências, novas inserções e ressonâncias para o refugiado/a, assim como para o país que o/a acolheu.

\*\*\*

A lista de agradecimentos é sem fim, impossível nomear todas, todos e todes que participaram comigo dessa aventura. Porém, como deixar de agradecer ao Pedro?

Pedro, meu amor amplo e irrestrito, companheiro de milhares de quilômetros de aventuras, foi o maior incentivador deste trabalho. Imensas as horas que passamos juntos discutindo textos, trocando ideias e nos emocionando com histórias de vida. Gato, obrigada. Eu te amo.

À Luisa e ao Ricardo, dupla dinâmica de orientadores. A vocês devo muito do que está aqui. Também quero deixar o meu muito obrigada pelo incentivo, pelas ideias e pelo lindo caminho de pesquisa que vocês me apresentaram. Caminho cheio de curiosidade, beleza, liberdade e descobertas.

À Paula Almozara, artista e intelectual brilhante. Paula exala amor e inspiração.

Ao meu querido André Botelho. Aqui a lista de qualidades é vasta, mas a amizade e a alegria de tê-lo ao redor vencem tudo.

Ao Eduardo, à Marta, ao Edu e à Tati. De onde vim e para onde sempre volto.

Ao Mateus e ao Paul: amores sem fim.

À Hanoi, com todo meu amor e admiração.

À Dona Maria, pelas canjicas e pelo amor que com certeza me ajudaram a pensar e escrever melhor as linhas que vêm a seguir.

E por último e não menos importante: às minhas sobrinhas Isa, Marina, Duda, Gabi, Nica e Sofi. Meninas, nunca se esqueçam que o futuro é feminista!

**CAPÍTULO I**  
**REFÚGIO COMO DESCOBERTA**

## PARTE I

“...o silêncio  
foi a primeira coisa que existiu  
um silêncio que ninguém ouviu  
astro pelo céu em movimento  
e o som do gelo derretendo  
o barulho do cabelo em crescimento  
e a música do vento  
e a matéria em decomposição  
a barriga digerindo o pão  
explosão de semente sob o chão  
diamante nascendo do carvão...”  
*O Silêncio*, Arnaldo Antunes, 1996.

Antes de existir a voz existia o silêncio, e foi a condição de quem se cala ou prefere não falar que, por um tempo, ocupou meus pensamentos, minha curiosidade e minha pesquisa.

Junho de 2017, sábado cedo e gelado em São Paulo. Sigo de metrô para a Vila Carrão, na zona leste da capital, onde funciona o Cursinho Popular Mafalda<sup>1</sup>, que oferece cursos gratuitos de português para refugiados. Meu objetivo naquele dia era acompanhar as aulas de língua portuguesa para refugiadas e refugiados.

Interessei-me pelo Cursinho Popular Mafalda, porque foi lá que um grupo de mulheres jovens, de diferentes formações acadêmicas, escreveu e editou o livro didático *Pode Entrar: Português do Brasil para Refugiadas e Refugiados*. Como professora de língua portuguesa para estrangeiros, me senti intrigada por aquele livro, a princípio, por ter sido o resultado de uma iniciativa totalmente feminina de professoras voluntárias de um cursinho popular de periferia na cidade de São Paulo. Em segundo lugar, por ter sido escrito não apenas por especialistas ligados ao ensino de línguas. Entendo que a questão dos refugiados deve ser tratada de maneira interdisciplinar e o *Pode Entrar* é um livro que, desde sua gênese, já possui essa característica, uma vez que foi escrito por mãos de mulheres das áreas de direito, relações internacionais, letras, ciências sociais e medicina.

---

<sup>1</sup> O Cursinho Popular Mafalda surgiu em 2011 “como um movimento social que busca ampliar a possibilidade de estudantes da rede pública de educação de ingressar nas universidades públicas e particulares com bolsas de estudos. Tem caráter gratuito e atividades regulares na zona leste da cidade de São Paulo”. Os cursos oferecidos são “exclusivos para estudantes da rede pública de educação e que tenham renda familiar de até 1,5 salário mínimo por pessoa”. Entretanto, “estudantes da rede particular com bolsa integral também podem se inscrever” (CURSO MAFALDA <http://mafaldameraki.org.br>)

Para a primeira visita ao Mafalda, me informei sobre a situação dos refugiados no Brasil. Soube que o número de pedidos de refúgio tinha aumentado consideravelmente entre os anos de 2010 e 2015, e que, de acordo com o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), em dezembro de 2018, o Brasil possuía 11.231 refugiados reconhecidos, de 80 nacionalidades distintas. Os principais grupos são compostos por pessoas do Haiti, Angola, Cuba, Colômbia, China e Venezuela. Já em 2017, o mapa dos grupos era um pouco diferente. Naquela época, ao Brasil ainda chegava um maior número de refugiados da Síria e de diferentes países africanos.

Refugiados são pessoas obrigadas a deixar seus países devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva de direitos humanos. O termo se aplica a todo aquele que foge de seu país de origem alegando “fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”, em situações nas quais “não possa ou não queira regressar” (CHARLEAUX, 2015, s/p). No Brasil, o refúgio também pode ser aplicado em casos de “graves e generalizadas violações de direitos humanos”. Internacionalmente, o assunto é regulado por uma convenção específica de 1951, acompanhada, no caso brasileiro, pela Lei 9.474<sup>2</sup>, de 1997. A Declaração de Cartagena<sup>3</sup>, de 1984, também define detalhes jurídicos acerca do assunto para os países latino-americanos.

Naquela semana, eu havia lido cuidadosamente o *Pode Entrar*. Fiquei encantada ao notar como o livro trata de conteúdos como família, religião, raça e igualdade de gênero, de maneira democrática e inclusiva. No capítulo “família”, por exemplo, estão presentes várias combinações possíveis de uma família nuclear: as tradicionais, compostas por pai e mãe, as monoparentais, isto é, de mães ou pais solteiros, e as famílias feitas da união de pessoas do mesmo sexo. No capítulo sobre igualdade de gênero, há um pequeno texto sobre a Lei Maria da Penha, além dos endereços das Delegacias da Mulher em São Paulo. Há também um capítulo sobre a história do Brasil que traz a discussão sobre a herança e os custos sociais de um país de passado escravista. Discussões amplamente politizadas, portanto.

---

<sup>2</sup> A lei 9474/1997 é o documento legal que, no Brasil, define o conceito de pessoa refugiada. Também estabelece parâmetros para as políticas de proteção e acolhimento às pessoas refugiadas e/ou solicitantes de refúgio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9474.htm). Acesso em: 15 jan. 2021.

<sup>3</sup> A Declaração de Cartagena é um instrumento jurídico regional elaborado em 1984 que tem como foco a proteção e os desafios humanitários enfrentados por refugiados. A Declaração foi adotada pelo “Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina, Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários”, realizado em Cartagena, na Colômbia, de 19 a 22 de novembro de 1984. Disponível em: [http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_de\\_Cartagena.pdf](http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf). Acesso em: 15 jan. 2021.

A distância entre a Zona Oeste (onde eu estava hospedada) e a Zona Leste (onde fica o Cursinho Popular Mafalda) foi me enchendo de curiosidade, expectativa, e também de certa apreensão. A minha curiosidade era pela aula que eu veria, e pelo interesse em ver aquele livro em ação. Mas minha maior curiosidade era mesmo por aquelas pessoas arrancadas de seus países.

Ali, na sala de aula onde eu encontrei alunos do Congo, da Nigéria e da Colômbia, a urgência de aprender o idioma era quase uma questão de sobrevivência. No entanto, junto com a isso, tornou-se clara para mim uma outra necessidade imperiosa: a urgência de *esquecer*.

A aula acontecia. Duas professoras voluntárias conversavam com os alunos sobre a casa e a família. Primeiro o vocabulário na lousa, depois um pequeno vídeo e, por último, a discussão sobre a formação das diferentes famílias. O objetivo era que os alunos e as alunas contassem um pouco sobre suas casas e famílias, os parentes que estão aqui, e os que ficaram, para, dessa forma, “estabelecer um vínculo mais profícuo com os professores que lhes davam voz” (ARANTES e DEUSDARÁ, 2015, p. 49).

Um silêncio profundo tomou a pequena sala. Os alunos não se olhavam, ao contrário do que geralmente acontece em outras circunstâncias com alunos não refugiados<sup>4</sup>. Naquele momento, a expectativa das professoras era que o aluno, aquele que ouvia, se tornasse um falante que se engajasse no diálogo. Não podemos deixar de lembrar que a compreensão é uma forma de diálogo e que todo diálogo exige algum tipo de resposta. Em outros termos, a possibilidade de compreender, além de exigir certa inscrição no contexto da nova língua, naquela situação, exigia principalmente um retorno ao arcabouço de memórias<sup>5</sup> e vivências do aprendiz. No caso específico do ensino de

---

<sup>4</sup> É muito comum, nas universidades nos Estados Unidos — país onde ensino português —, encontrar alunos imigrantes. Na minha prática, temas como família, casa e comida costumam ser o assunto preferencial por meio do qual os encontros e as trocas acontecem. A aula sobre esses temas é aquela em que os alunos, muitas vezes felizes e orgulhosos, dividem com os colegas fotos, experiências e lembranças. O imigrante muitas vezes traz consigo o movimento de busca pela diversidade, de tornar-se outro. A relação com a nova terra, com os novos laços sociais e econômicos, muitas vezes, mobiliza e forma um novo sujeito. Há lugar para a memória no discurso e no aprendizado de uma nova língua para o imigrante. A memória, além de *permitida*, gera potência e dá sentido à experiência da imigração. Da mesma forma que minha prática pedagógica contempla vários alunos imigrantes, cada vez mais recebo alunos indocumentados nos cursos de português. Pela minha experiência, os alunos sem permissão legal para viver nos Estados Unidos apresentam o mesmo silenciamento quando os temas discutidos em sala de aula são casa, família ou viagens. Há um paralelo entre o aluno refugiado e o aluno indocumentado. Nos dois casos, o silêncio gerado por alguns temas propostos em sala de aula está ligado a situações de perda, dor ou trauma.

<sup>5</sup> Há inúmeras definições para o conceito de memória. Neste trabalho apenas esboço um pouco do complexo conceito de memória na obra freudiana: “... Freud representa a memória de dois tipos: a memória simbólica (rememorações), aquela passível de sofrer ações do esquecimento, concernente à história de agrupamento e sucessão de acontecimentos; e da memória propriamente dita, aquela que está no campo do inconsciente. Podemos sintetizar algumas ideias sobre a concepção freudiana da memória em algumas proposições: a) aquela capaz de registro, conservação e transformação de experiências em traços mnêmicos (excitações momentâneas transformadas em traços permanentes), entendidos

língua para refugiados, esse material que se encontra na memória, muitas vezes, está ligado a um trauma<sup>6</sup>, a um luto (FREUD, 2014) não vivido ou negado e, principalmente, a deslocamentos migratórios forçados, levando muitas vezes à errância, a um querer separar-se do acontecido. “Imagino que essa errância gere a falta de localização do eu, do novo eu (ROSA, 2012, p.72). Essa falta de localização da subjetividade no refugiado, isto é, esse sentimento de estranheza<sup>7</sup> em que o sujeito custa a se localizar, aliada à falta de novos laços sociais, cria condições que se traduzem em silêncio. Constantemente, recorrer a experiências vividas e à memória “daquilo que se foi e que no entanto, jamais deixará de existir” (ENDO, 2013, p. 46) reinstaura, nesse grupo de pessoas, pensamentos inomináveis, e também, a dor psíquica.

Naquela manhã de junho de 2017, na sala de aula, ao invés da fala dos refugiados, o que me ensurdeceu foi o silêncio. Naquela manhã de junho de 2017, sem eu perceber, começava minha pesquisa.

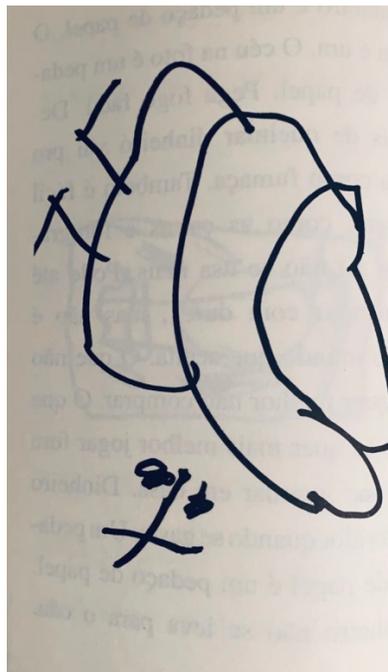
---

como processos associativos; b) ela não está associada com a capacidade de percepção ou consciência, mas sim, tendo a função localizada nos sistemas pré-conscientes e inconscientes; c) múltiplas em diversos arquivos e sob signos variados; d) sofre reorganizações de tempos em tempos; e) possui sua eficácia causal reconhecida no ‘a posteriori’; f) orientada por representações, e g) identificável com a imaginação introduzida no material registrado” (FERRANINI e MAGALHÃES, 2014, p. 112). Acredito que a definição de Freud para memória mais apropriada para este trabalho seja aquela que está no campo do inconsciente.

<sup>6</sup> Há também inúmeras definições para o conceito de trauma. No presente texto, uso a noção de Freud para *trauma* ou *traumatismo*: “Chamamos assim a uma vivência que, no espaço de pouco tempo, traz um tal aumento de excitação à vida psíquica, que a sua liquidação ou a sua elaboração pelos meios normais ou habituais fracassa, o que não pode deixar de acarretar perturbações duradouras no funcionamento energético” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1988, p. 679).

<sup>7</sup> *Unheimlich* é um conceito freudiano, traduzido ao português como “estranho familiar”. O conceito diz sobre aquilo que não deveria ter vindo à luz, mas nos surpreende: um retorno do recalcado. O inquietante, a inquietante estranheza. Conceito utilizado para algo (uma pessoa, um fato, uma situação ou uma impressão) que não é de todo misterioso, pois é, justamente, “estranhamente familiar”.

## PARTE II



(Rosa Moreau Antunes, *As coisas*, 1992).

As coisas têm peso,  
 massa, volume, tamanho,  
 tempo, forma, cor,  
 posição, textura, duração,  
 densidade, cheiro, valor.  
 Consistência, profundidade,  
 contorno, temperatura,  
 função, aparência, preço,  
 destino, idade, sentido.  
 As coisas não têm paz.

*As Coisas*, Arnaldo Antunes e Gilberto Gil, 2006.

Março de 2019. Sábado cedo. Sigo de metrô para a Vila Carrão, zona leste da capital. Dessa vez o céu estava azul e o sol começando a esquentar a cidade. Agora volto à sala de aula do Cursinho Popular Mafalda como aluna de mestrado. Chego na sala 101 do bloco C, espaço onde serei professora voluntária e também onde farei minha pesquisa de campo. A alguns metros da sala de aula já ouço risadas e algum espanhol. A composição da sala mudou. Já não há mais crianças com seus cabelos perfeitamente trançados sentadas nas carteiras, à espera de suas mães-alunas vestidas em seus tecidos africanos encorpados e coloridos. Na sala 101 desta vez só havia adultos, apesar do ruído e das risadas.

A mudança do fluxo migratório para o Brasil era nítida. Já não havia mais africanos na sala de aula, com a exceção de N, refugiado do Camarões e Z, da China. Os outros alunos eram de algum país da América do Sul: Colômbia, Peru, Bolívia e Venezuela. Eu estava feliz. Primeiro, por poder voltar a lecionar e, segundo, porque entrar numa sala de aula para ensinar português para refugiadas e refugiados é, de alguma maneira, flagrar “o instante preciso em que a história recomeça, quando o sentido se reata, os fios se emaranham de novo, e as pessoas podem inventar lugares onde viver é também, inevitavelmente, uma forma de resistir” (MONTEIRO, 2016, p. 34).

Aos poucos fui descobrindo a nacionalidade de cada um. No total de 26 alunos, 22 eram de diferentes regiões da Venezuela. Na última pesquisa feita pela ACNUR<sup>8</sup> (os dados são de dezembro de 2018), das 80.057 solicitações de status de refúgio, 61.681 vêm da Venezuela. Ou seja, à Venezuela correspondem 77% das solicitações de refúgio para o Brasil. De certa maneira, a sala de aula estava traduzindo, em uma dimensão micro, um contexto social maior do mapa das refugiadas e refugiados no nosso país.

É importante salientar que a imigração venezuelana para o Brasil deve ser contextualizada dentro do cenário mundial com o “crescente fechamento e restrições à entrada de imigrantes latino-americanos nos Estados Unidos e na Europa. Dentro desta conjuntura, o “Brasil se torna um *país possível e não o país desejado*; possível, em especial, pela imigração documentada<sup>9</sup>” (BAENINGER, 2018, p. 136). O Brasil está em linha com as recomendações do ACNUR, agência da ONU para refugiados, que, em nota de orientação emitida em março de 2018 (EGAS, 2018, p. 34) sobre o fluxo dos venezuelanos, orienta os “países de destino” (BAENINGER, 2018, p. 136) a permitir o acesso a seus territórios

e adotar respostas adequadas e pragmáticas orientadas à proteção, tendo como base as boas práticas existentes na região e sob o princípio de proteção internacional como um ato humanitário e apolítico, consistentes com o espírito de solidariedade internacional [...] A ACNUR solicitou aos países que considerem

---

<sup>8</sup> O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, com a sigla ACNUR em português e UNHCR em inglês, é um órgão das Nações Unidas. Criado pela Resolução nº 428 da Assembleia das Nações Unidas, em 14 de dezembro de 1950, tem como missão dar apoio e proteção a refugiados de todo o mundo. Sua sede é em Genebra, na Suíça. Possui mandato para proteger os refugiados e buscar soluções duradouras para os seus problemas. As principais soluções duradouras são repatriação voluntária, integração local e reassentamento em um terceiro país. [Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alto\\_Comissariado\\_das\\_Nações\\_Unidas\\_para\\_os\\_Refugiados](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alto_Comissariado_das_Nações_Unidas_para_os_Refugiados). [Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/historico/](https://www.acnur.org/portugues/historico/)

<sup>9</sup> Pessoa que se desloca para um país diferente de seu país de residência habitual, de tal forma que o seu país de destino se torna efetivamente o seu novo país de residência habitual. Na perspectiva do país de partida, a pessoa será um emigrante permanente e do ponto de vista do país de chegada, a pessoa será um imigrante permanente. Imigrante que entrou legalmente num país e aí permanece com respeito pelos critérios de admissão (PERRUCHOUD, 2009, p. 44).

mecanismos que permitam uma estadia regular dos venezuelanos, com as salvaguardas adequadas (EGAS, 2018, p. 34).

Ou seja, vistos e mecanismos migratórios laborais que possam oferecer acesso à permanência regular e um tratamento semelhante à proteção internacional. A permeabilidade da fronteira entre o Brasil e a Venezuela, aliada à imigração documentada, insere o Brasil nas rotas das migrações transnacionais, tornando-o mais um destino factível.

A aula começou e, por coincidência, o tema era a família. Eu estava na expectativa do silêncio se fazer presente, afinal, sabemos que a diáspora venezuelana tem produzido, além de rearranjos familiares diversos, uma “violenta ruptura de seus quadros de vida que os obriga a reconfigurar sua própria existência, de tal maneira que a imigração e o refúgio são os únicos meios existentes de garantir seu espaço vital” (TOMA GARCIA, 2018, p. 180). Começo a aula contando um pouco sobre minha família e, dali, sigo para a lousa com vocabulário e pronúncia, para em seguida abrir o diálogo para a classe. Estava um pouco aflita pelo silêncio que, enfim, não chegou. Os alunos, de um modo geral, queriam contar sobre seus parentes. Havia uma necessidade no ar em compartilhar suas trajetórias e também mostrar que, apesar de estarem no Brasil, e em muitos casos sozinhos, havia sim uma família que havia sido deixada em algum outro lugar.

Ainda na lousa, enquanto listava o vocabulário de membros da família, um aluno venezuelano me disse: “professora, está faltando a palavra o/a amante na sua lista”. Essa fala pontual, cheia de malícia e alegria, me alertou para algo em que eu não havia pensado até então, e que merece uma aproximação, pela sua riqueza e complexidade: não podemos falar de refugiado no singular. Os refugiados são plurais, trazem traços de seus países de origem, que se juntam a suas próprias individualidades. Não houve um minuto sequer de silêncio na sala de aula. Era uma mistura de português e espanhol, uma capacidade de comunicação incrível. Resultado: deixei a sala de aula completamente perdida, perguntando-me sobre o silêncio.

Tinha na minha mão um novo problema. Para esse grupo de alunos, o silêncio não era a forma de expressar o indizível. O indizível talvez fosse dito de outra maneira e eu não sabia qual era. Na sala de aula, as palavras, mesmo que em espanhol, pareciam salvar aquelas pessoas do naufrágio do refúgio. Além de espaço de aprendizado da língua portuguesa, as aulas eram um espaço de encontro, amizade e conexões. Em *A memória rota*, o ensaísta porto-riquenho Arcadio Díaz-Quiñones lembra que “a cultura também viaja e se desdobra nos novos espaços, ainda que em temporalidades heterogêneas. O exílio dos imigrantes separa e reúne os lugares” (DÍAZ-QUIÑONES, 2016, p. 72). A sala de aula, para aqueles alunos, em sua maioria venezuelanos, se

construía como um espaço de afeto, que os fortalecia e de alguma maneira lhes dava algum alento. A palavra circulava e “as vozes iam criando cumplicidade e dependência” (DÍAZ-QUIÑONES, 2016, p. 73).

O excesso de palavras dos estudantes me apontava para algo sobre a minha pesquisa: se não havia silêncio naquela turma de alunos, eu tinha que procurar outro caminho. Foi a minha primeira descoberta metodológica: a pesquisa é viva. O ato de pesquisar vai levando para outros lugares e fazendo com que o pesquisador tenha que ampliar os horizontes e ajustar a lente.

A ideia de estudar um tema que de alguma maneira olhasse para o refugiado na sua dimensão privada, mas também na sua pluralidade, era crucial para mim. Queria encontrar uma questão que estivesse de alguma forma ligada à possibilidade da escolha e da memória na constituição da experiência do refúgio. Queria me dedicar a descobri-la e, a partir disso, construir narrativas que trouxessem uma compreensão dos novos caminhos que essas pessoas tomam, quando, de alguma forma, procuram “garantir seu espaço vital” (TOMA GARCIA, 2018, p. 181). Num exercício de observação e escuta dos alunos, e no diálogo com meus orientadores, me acerquei à questão da memória e do momento da partida do refugiado de seu país de origem, que por vezes se constitui em um desenraizamento brutal.

Na sala de aula, entre curtos textos literários e exercícios de gramática, fui surpreendida por algumas histórias sobre os objetos trazidos na mala – ou no próprio corpo, no momento de renúncia do país de origem. Um relógio, uma caixinha de música, um terço ou a virgindade. Todos esses objetos, materiais ou imateriais, remetem ao que a crítica literária alemã Aleida Assmann nomeia “espaços de recordação – a memória das coisas como provedora de respostas sobre a própria origem e identidade” (ASSMANN, 2011, p. 53). Enfim, cheguei a um conceito importante: o objeto. Qual seria o objeto escolhido por essas pessoas como garantia da recordação da vida que estava prestes a ser abandonada? Que objeto essas pessoas decidiriam levar consigo no momento, talvez, caótico do abandono do lugar de origem?

Assmann (2011) sugere, ainda, que as recordações são voláteis. A volatilidade da lembrança é o que dá potência a uma criança e lhe permite, em meio à destruição de sua casa, carregar consigo a sua boneca. Ou então, no desamparo do abandono do lar, permite a uma mulher lembrar de trazer a única coisa que lhe resta: seu cansaço da Venezuela – materializado pelo cotidiano penoso, pela falta de trabalho, de remédio, de comida e das intermináveis horas nas filas por um balde de água turva. Esse objeto pleno de memória tem uma função estabilizadora, porque ele se “opõe à

tendência geral do esquecimento” (ASSMANN, 2011, p. 267). Ou seja, o objeto carrega, porta consigo, recordações do lugar deixado, das relações que ficam para trás, e de todas as outras coisas abandonadas, as quais serão, muitas vezes, protagonistas de narrativas de vidas futuras no novo país.

No artigo “*Things that matter: nostalgic objects in Palestinian Arab homes in Israel*”, Kobi Peled, arquiteto e historiador israelense, também se aproxima dos objetos como um “reino de memórias” (PELED, 2017, p. 231). Isto é, o objeto importa porque ele é portador de afeto, de saudade, de trajetórias sociais e experiências pessoais. Para Peled, os objetos mantêm um “poder mágico” (PELED, 2017, p. 231), à medida que simbolizam o passado e, ao mesmo tempo, os desejos presentes. Ao revelar o passado e o presente, os objetos se prestam a materializar a subjetividade das pessoas que os escolheram. Os objetos evidenciam algo sobre seus donos, revelam um traço único das suas existências, uma vez que expressam o que está oculto, trazendo consigo a estória e a experiência singular das mãos de quem os carregou.

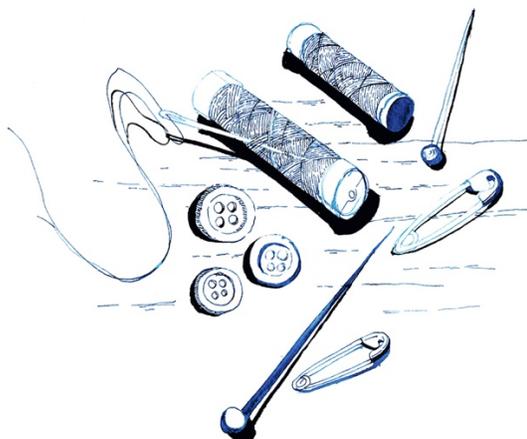
Para finalizar essa segunda parte, gostaria de retornar ao poema “As Coisas”, de Arnaldo Antunes. O músico termina sua canção com a frase “As coisas não têm paz”. Minha curiosidade sobre as vidas de refugiadas e refugiados e os objetos que elegeram trazer no momento de abandono de seu país é atravessada pela ideia de que as coisas não têm paz. Minha hipótese é que os objetos são mensageiros de narrativas pessoais, ou seja, eles representam algum tipo de promessa que pode apontar para a possibilidade de pertencimento ao novo lugar, com novas experiências, novas inserções e ressonâncias. Essas novas possibilidades também acusam uma temporalidade, pois revelam, às vezes de maneira nebulosa e desordenada, um passado e, ao mesmo tempo, marcam o presente e apontam um possível futuro.

Evoé aos objetos.

### PARTE III

*Às voltas da casa*, Marcos Siscar, 2019.

Ilustrações: Carla Caffé, 2019.

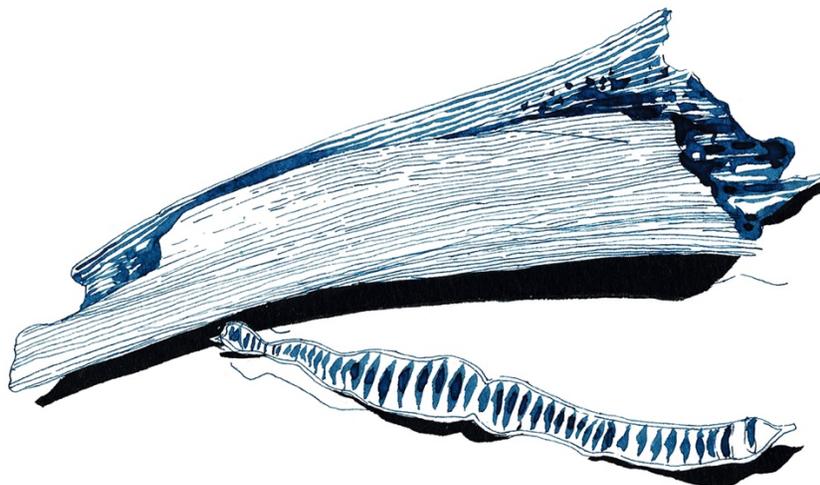


### ESTAMOS NA CASA

*Todos precisam de casa. A casa acolhe as coisas do mundo. Acolhe necessidades. A necessidade da casa não é menos importante do que aquilo que ela acolhe. Nem mais nem menos. Mas a casa não é depósito. Estamos na casa como estamos na vida.*

*Algumas são azuis com portas amarelas e chão de cimento. Outras com piso de mármore. Ou perto de coqueiros. Encontram-se vermelhas. Branca cinza metálica marfim. Onde se entra é por ali que se sai. Por dentro os dias a fio as noites muito quentes anos longos e calafrios.*

*Casa de subúrbio de arrabalde de passagem. Casa de madeira de repouso de ferreiro de perdição. Floração plantada no topo da serra. Bolha oculta no formigueiro. À margem da sarjeta arremedo de mangue. Cercada de árvores coberta de sangue. Casas há. Mas a casa não é um universal.*



### **MORAMOS JUNTOS**

*Uma casa não é um lugar. São suas pessoas. Dizem. Mas as pessoas só são essas porque existe a casa. E quando dizem casa referem-se à delas. Habitada por elas. Não apenas um teto. A possibilidade do haver. A possibilidade do acolher. Há a casa ou haverá. Quando a casa está por vir.*

*Numa casa moramos juntos mesmo que sozinhos. Paredes são gesso ou alvenaria. A vizinhança não é a casa. Mas possui sua divisa. A solidão é um dos casos da convivência. Do gerenciamento dos limites. Alguém se sente só porque diz não. Ou é forçado. A vizinhança é seu fantasma.*

*Para sair à rua é preciso ter casa. Não há saída sem a fronteira da porta. Mesmo que não haja interior. Quando se tem casa é preciso sair. Vamos sair? alguém me diz. Respondo: sim, vamos. As portas me chamam. Às vezes saímos de casa como estamos nela.*

### **UM MODO DE ESTAR**

*A casa é um lugar para se estar. Casa é onde se está quando não se está ausente. A casa não diz o ser mas o estar. Quando alguém me pergunta digo: estou em casa. Ou então: não estou. A casa é a referência da situação. É seu lugar. Escrever é como estar.*

*Olho alguém e me pergunto onde mora. Onde tem sua ideia de casa. Como se levasse a casa nas costas. Ou tatuada no rosto. Como a expressão dos olhos. Mas na rua a casa pode ser um avesso. Uma simulação geográfica. O lugar em que se falta.*

*Casa às vezes é aconchego. É lugar escolhido para se estar bem. Algo a ver com o paraíso. Aquilo que acolhe refugia também. Mas estar em casa às vezes só faz jus ao vício. E não ao artifício. Tampouco dormir na rua se escolhe. Ou na rodoviária perto dos extintores.*

*Há condições para se falar da casa. E há condições de casa para se falar. E quando não se tem teto? Ter ou não ter é como ser ou não ser? Depauperado troncho sem regalia de palavra. Levado da força do despejo às traças do desejo. Não ter casa é um modo de estar?*

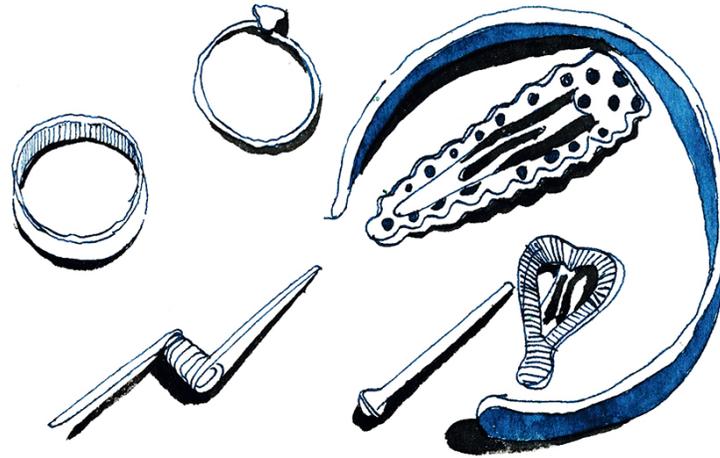
### **ONDE NÃO ME ENCONTRO**

*Casa é um lugar para voltar. Mas a volta não se consolida na casa. Tampouco a casa se consolida na chave. A casa não é um sólido. Tampouco um bólido um meteorito um astrólito. Um puro quarto de hotel. Se é que existe. Um puro tráfego? Um infinito? Não. Nem isso. Casa é aquilo que existe.*

*Quando volto não me encontro. Depois de um tempo fora a casa não é mais a mesma. Não sou mais quem pensei que era. Já não sou. Não me encontro onde deveria. Mas é precisamente ali que não me encontro. Onde poderia me reencontrar. Eu próprio. Mas não.*

*Uma casa antiga por exemplo. Uma casa cheia de memória. Cheia da surpresa do que foi esquecido. A amnésia sujando paredes. A insuportável alegria de ter partido. Ou então os cômodos pequenos. E o incômodo da reincidência. É bom voltar. Medir as distâncias. Recalcular o ônus. Voltar para casa é como sair.*

*Voltar para casa é como andar às voltas. Às voltas com aquilo que falta. Não para o que deve ser recuperado. Ou preenchido. Voltar é como habitar-se. Não novamente. A casa me esvazia. A casa me transborda. A casa me desloca. Nela me transformo. Como fazer da casa casa?*

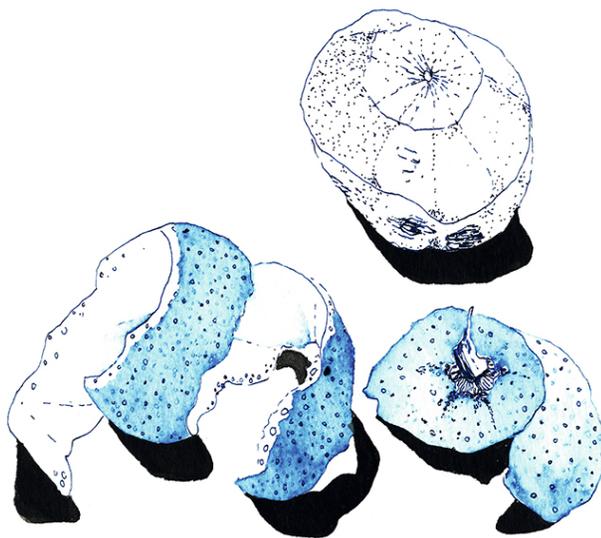


### ENDEREÇOS DA CASA

*Confesso que há dias em que giro em torno sem entrar. Não quero entrar. Ou não há portas. A casa não está ali. Ou é tudo o que está em torno dela. Chamo casa de casa como se a ofendesse. Giro à volta desatento como se não tivesse minha cara. As paredes permanecem mudas e impenetráveis.*

*E se perdesse a chave e o rumo? Roubado chapado desencaminhado. Não soubesse para onde voltar. Ou como entrar. Onde deixaria minhas tralhas? Meus livros minhas vidas? Todo esse peso. Todo esse lastro. Essa memória de voo. Esquecer-se da casa. Seria uma liberação?*

*Quando falo da casa me lembro das coisas que abandonei. De onde vieram as coisas que trago. Dos diversos endereços que tive. De fotos em que não me reconheço. Das diferentes maneiras de chegar ou de sair. De partes do corpo espalhadas pelos cômodos. Ou daquele dia em que só passei em frente tantos anos depois. A casa é um deslocamento? Ou dá muitas voltas?*



### **A CASA É SUA**

*À custa de muitas voltas é outra casa. Repare bem. Para além do retorno. Como se nunca tivesse sido. Como se sempre tivesse estado. Estrangeira. Trancada por dentro. Ou de agora em diante aberta há tantos anos. Um tapete estendido à vista de todos. O apego é sempre o mesmo. E os sapatos cheios de barro. A mesma hospitalidade. A mesma hostilidade. Esta é a porta. Este é o risco. É sua casa. A casa é sua.*

Saber é diferente de estar. E foi a necessidade de sentir os sapatos cheios de barro, de estar perto da realidade que conhecia, ouvia e apreendia dos meus alunos do Cursinho Mafalda que me levou a uma viagem de campo a Roraima, estado que faz fronteira com a Venezuela, e porta pela qual alguns de meus estudantes entraram no Brasil. A porta, que a princípio nos serve de entrada ou acesso para um lugar, com essa viagem, foi ganhando outro significado e tomando outra dimensão.

Enquanto a ponte, como linha estendida entre dois pontos, prescreve a certeza incondicional da direção, a porta deixa a vida jorrar para fora, num sem fim de caminhos e direções, além dos limites do ser-para-si isolado.

Se, na ponte, os momentos de separação e vinculação se encontram de tal modo que a vinculação parece mais como coisa do homem, e a separação como algo da

natureza, na porta, ambas confluem em igual medida na realização humana *como* realização humana. Nisso repousa o significado mais rico e vivaz da porta em comparação ao da ponte, logo revelado no fato de não importar a direção na qual se atravessa a ponte, ao passo que entrar ou sair pela porta anuncia uma intenção totalmente diferente (SIMMEL, 1994, p. 72-73).

Me dei conta de que, ao atravessar a minha própria porta entre o saber e o estar, eu estava cruzando uma outra porta muito maior e também carregada de intenções e sentido: a fronteira entre dois países. A fronteira geográfica não estabelece apenas uma linha divisória entre um lugar e outro; estar na fronteira é uma situação. Estar na “situação de fronteira” (AGIER, 2015, p. 12) parece ativar, nas pessoas que vivem essa experiência, adequações diárias, isto é, a situação de fronteira instiga novas maneiras de fazer, de pensar e de lidar com uma nova língua. As pessoas em situação de fronteira são facilmente reconhecidas pelos seus corpos (cansados e esgotados) e modos de vestir (por suas roupas às vezes sujas ou surradas), por suas maneiras de ser (uma mistura de gravidade e humor), pelos seus olhares e pelos seus ritmos de ir e vir.

Nesta seção, meu propósito é compartilhar minha experiência de viagem e narrar algo sobre os que vivem na situação de fronteira; sobre estórias de casas deixadas e novas casas, sobre aqueles objetos que atravessaram a fronteira dando algum sentido a essas vidas desgarradas. Enfim, contar sobre as novas maneiras de ser, e partilhar mais sobre esse porto onde ancorou minha pesquisa.

A primeira parada da minha viagem foi Boa Vista, capital úmida, espalhada, empobrecida e verde, entranhada na parte norte da região amazônica. Os refugiados venezuelanos e meu interesse por eles fizeram com que eu me deslocasse do pequeno eixo sudeste-sul em que então vivia para o extremo norte do Brasil. Nesse sentido, eu também, de alguma forma, estava experimentando maneiras novas de pensar o meu tema, de “expandir os limites do ser-para-si, isolado até a ilimitação de todas as orientações” (SIMMEL, 1994, p. 12-13). Uma porta se abria.

No dia 28 de novembro de 2019, por volta das 2 horas da tarde, o avião pousa em Boa Vista. Ainda no ar, pela janela via um tufo verde e quando o avião foi se aproximando da cidade, as copas das árvores se desenhavam e se intercalavam com tetos cor de telha e ruas com asfalto cobertos de terra. Do aeroporto ao hotel fiquei em silêncio tentando não perder um só detalhe do trajeto. Na mesma tarde, tive a sorte de conhecer a cidade através de um motorista de Uber, atencioso e sensível, que logo percebeu a intenção da minha viagem e me levou para uma Boa Vista que poucos têm interesse em conhecer. Eu não tinha um plano completamente fechado, queria a princípio conversar com as pessoas e conhecer alguns dos campos de refugiados. Em Boa Vista há 14 campos de refugiados espalhados pela cidade.



Imagem aérea de Boa Vista, 2019.



Imagem aérea de Boa Vista, 2019.

Meu primeiro impacto aconteceu na chegada à porta do primeiro campo de refugiados que visitava, no Jardim Floresta, região oeste de Boa Vista. Quando cheguei ao local, uma grande placa dizia “Abrigo Jardim Floresta”. Na literatura das áreas de Relações Internacionais, Antropologia, Sociologia e Direito<sup>10</sup>, os locais construídos, geralmente em caráter provisório, para acolher os refugiados, são denominados campos ou acampamentos de refugiados. Essas são as denominações que encontrei e sigo encontrando em toda a literatura do campo, inclusive em materiais divulgados pela ONU ou pelo ACNUR. Quando cheguei no Floresta, uma grande placa dizia “Abrigo Jardim Floresta”.

No dicionário *Houaiss*, abrigo é definido como “1. local que serve para abrigar. 2. casa de assistência social, onde se recolhem pobres, velhos, órfãos ou desamparados”. No mesmo dicionário, a etimologia do verbo abrigar aponta para a palavra latina *aprīco, as, āvi, ātum, āre*, no sentido de “aquecer ao sol, abrigar-se do frio ao sol, proteger, acariciar, afagar”. Para acampamento, o *Houaiss* nos traz “1. conjunto de barracas ou tendas instaladas para abrigar a tropa. 2. Instalação provisória de um grupo de pessoas em marcha por força de determinada atividade”. Segundo a etimologia, o verbo acampar vem do italiano *accampare*, “pôr-se em campo defronte ao inimigo”. Estudar a origem dos conceitos ou das palavras no complexo mundo dos refugiados não é o propósito deste trabalho, porém, os nomes significam algo e não são escolhidos aleatoriamente. Deixo aqui registrado meu primeiro achado de campo: no Brasil, os acampamentos de refugiados são chamados de abrigo, lugar para se aquecer ao sol, abrigar-se do frio, proteger, acariciar, afagar.

---

<sup>10</sup> Dentre inúmeras referências das áreas de Relações Internacionais, Antropologia, Sociologia e Direito, lembro Gustavo da Frota Simões, Michel Agier, Rosana Baeninger, João Carlos Jarochinski Silva, Abdelmalek Sayad, Durval Muniz de Albuquerque Júnior e Marielle Macé.



Boa Vista, 2019.

Não consegui entrar no Abrigo Jardim Floresta. Há uma regra comum a todos os abrigos de Roraima: não se pode entrar nos acampamentos sem permissão do ACNUR. Ao descobrir essa informação, me dirigi à agência do Alto Comissariado em Boa Vista para conseguir minha permissão de entrada no acampamento no dia seguinte. No caminho de volta da Universidade Federal de Roraima, onde se encontra um dos escritórios do ACNUR, resolvi passar pela rodoviária internacional da cidade. E foi na rodoviária, lugar geralmente efêmero na vidas das pessoas, que comecei a entender um pouco mais sobre os refugiados venezuelanos.

Fiquei impactada por finalmente conseguir chegar a um lugar onde eu pudesse conversar livremente com os venezuelanos. A rodoviária de Boa Vista é uma das portas de chegada dos refugiados. Eles saem da Venezuela a pé, de ônibus ou de carona, chegam em Pacaraima, cidadezinha brasileira que faz divisa com a Venezuela e, de lá, muitos seguem de ônibus para a capital.

A rodoviária é um lugar central na vida de muitas dessas pessoas. Nessa viagem compreendi que quanto mais dinheiro um refugiado tem quando deixa o seu país de origem, mais longe ele tem condições de ir. E claro, o meio de transporte faz parte dessa equação. A estação rodoviária internacional de Boa Vista estava repleta de crianças, jovens, adultos e pessoas idosas. Os refugiados venezuelanos gravitavam em volta daquele prédio. As crianças brincavam, alguns casais conversavam, outros jogavam baralho. Alguns jovens pareciam animados com a possibilidade de uma nova vida. O mesmo senti em algumas jovens mães solteiras que, numa mão seguravam um bebê e, na outra, o outro filho, já maiorzinho. Boa Vista, para muitos deles, significava o respiro para uma nova vida, uma possibilidade. Também encontrei refugiados com feições apreensivas, que traziam traços de vidas desgarradas e cujas raízes estavam fincadas a milhares de quilômetros dali.



Rodoviária Internacional, Boa Vista, 2019.



Rodoviária Internacional de Boa Vista, 2019.

Esse lugar, no qual essas pessoas confiavam acontecer algo de inédito em suas vidas, era o espaço onde, numa tenda improvisada pelo Projeto Acolhida<sup>11</sup>, essas mesmas pessoas de diferentes partes da Venezuela tomavam banho, guardavam seus poucos pertences, dormiam e conviviam. Na rodoviária, estadia provisória até serem encaminhadas, quando houvesse vaga, para um dos abrigos da cidade, aquelas pessoas começavam a imaginar um projeto de casa. Ali, naquela estação rodoviária, entre ônibus, muita fumaça e ruído, alguns vendedores ambulantes, o Exército Brasileiro e as tendas de assistência aos refugiados, acontecia um tipo de encontro, uma modalidade de cosmopolitismo próxima àquela que Silviano Santiago, escritor e crítico literário brasileiro, cunhou de “cosmopolitismo do pobre”:

Ao perder a condição utópica de nação – imaginada apenas pela sua elite intelectual, política e empresarial, repitamos – o estado nacional passa a exigir uma reconfiguração cosmopolita, que contemple tanto seus novos moradores quanto seus velhos habitantes marginalizados pelo processo histórico. Ao ser reconfigurado pragmaticamente pelos atuais economistas e políticos, para que se adeque às transformações do fluxo do capital transacional, que operacionaliza as diversas economias de mercado em confronto no palco do mundo, a cultura nacional estaria (ou deve estar) ganhando uma nova reconfiguração que, por sua vez, levaria (ou está levando) os atores culturais pobres a se manifestarem por uma atitude cosmopolita, até então inédita em termos de grupos carentes e marginalizados em países periféricos (SANTIAGO, 2008, p. 59-60).

O termo cosmopolitismo, muitas vezes, nos faz pensar na atitude de um certo grupo de pessoas privilegiadas que, em suas viagens e deslocamentos, estão em busca de algum tipo de conhecimento. Todavia, não se trata de qualquer conhecimento, e sim, daquele reconhecido pelo discurso de uma elite intelectual ou social. Esse cosmopolita geralmente tem a mesma cor de pele e pertence à mesma classe social. No entanto, Silviano Santiago (2008) expande o conceito, sugerindo outras possibilidades de ser cosmopolita. Há ampliação e torção de sentido: o cosmopolitismo passa também a compreender a experiência de deslocamento do pobre, do estrangeiro marginalizado – o indocumentado, o refugiado.

---

<sup>11</sup> Dado o impacto esmagador da crise venezuelana nas estruturas locais, o governo brasileiro, durante o mandato de Michel Temer (2016 a 2018) criou, no ano de 2018, a “Operação Acolhida”, uma força-tarefa multissetorial que articula os esforços de vários ramos do governo, agências internacionais (notadamente o ACNUR, Organização Internacional de Migração, UNICEF e outros) e ONGs nacionais. A Operação Acolhida está estruturada em três pilares principais. O primeiro são os Centros de Recepção, que prestam serviços na chegada de refugiados e migrantes ao território brasileiro, como identificação, registro, regularização migratória ou processamentos de pedidos de refúgio ou asilo, assistência à saúde e imunização. O segundo pilar é a assistência humanitária a migrantes e refugiados, através dos seus 13 abrigos públicos. O terceiro pilar é a estratégia de “interiorização”, uma modalidade de reassentamento interno voluntário que visa proporcionar aos refugiados e migrantes melhores oportunidades sociais e econômicas em cidades afastadas das fronteiras e com melhor infraestrutura, serviços e chances de emprego. [Disponível em: https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1570656348.14](https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1570656348.14). Acesso em: 15 jan. 2021.

O cosmopolitismo do pobre pode ser uma chave de interpretação para a mobilidade dos refugiados, essas pessoas que deixaram forçosamente seus locais de moradia e que estão em deslocamento. Quando falamos de cosmopolitismo do pobre estamos também falando, de certo modo, da atitude cosmopolita de um refugiado. Essa atitude marca uma trajetória que percorre a beirada do mundo, isto é, a circulação nessa modalidade de cosmopolitismo acontece muitas vezes entre as fronteiras, experimentando as rugosidades do mundo, vivendo a mobilidade precária, os tempos incertos e os restos do mundo globalizado. Por outro lado, o pobre cosmopolita também se movimenta, conhece outros lugares, aprende outras línguas, vivencia experiências ímpares e, sobretudo, impacta o outro.

As estações rodoviárias e seus arredores podem ser vistos também como uma representação do conceito de Silviano Santiago (2008), isto é, para muitos refugiados, a rodoviária é o começo da experiência de estar fora de sua terra natal, o primeiro solo estrangeiro tocado. Um espaço de transitoriedade entre o que ficou em seu país, com o que está por vir. Levando ao limite, para muitos refugiados as rodoviárias internacionais não deixam de ter o papel de fronteira, final de um país, começo de outro.

Ao redor da rodoviária internacional de Boa Vista as línguas ouvidas eram o português e o espanhol. Naquele espaço de convivência, por um lado, se perturbava a ordem normal e rotineira das coisas, por outro lado, se instalava a presença do outro. As refugiadas e os refugiados com suas presenças errantes encarnavam ali a existência estrangeira na cidade e ziguezagueavam sem qualquer interdição. Esse encontro entre o sujeito local e o outro instaura um estranhamento para os dois lados, trazendo uma nova forma de reconhecer a presença do refugiado nas cidades. O encontro, muitas vezes penoso e violento, entre o estrangeiro e o local instala uma relação, uma ação que é dupla, interna e externa, isto é, o outro deixa de ser tão estrangeiro, enquanto o local ganha uma espessura mais forasteira, mais cosmopolita. Esse cruzamento de singularidades, essa contaminação na constituição de subjetividades foi para mim um dos maiores testemunhos do cosmopolitismo que vi acontecer entre aquelas pessoas em Roraima.

A presença do refugiado venezuelano estava por toda Boa Vista, nas ruas da cidade, nos pontos de ônibus, nos cruzamentos de grandes avenidas vendendo alguma coisa ou trabalhando em hotéis, na limpeza ou na cozinha. No entanto, sua circulação maior era próxima aos acampamentos ou na região da própria rodoviária. A algumas quadras dali, vi algumas venezuelanas se prostituindo. Eram jovens muito bonitas e me aproximei para tentar algum diálogo. Essas mulheres

me interessavam muito – primeiro, porque eram mulheres e, segundo, porque estavam se prostituindo sob a luz do sol, num país que não era o delas, numa língua que não era a delas, numa intimidade que não era a delas. Ser de fora num novo lugar e na qualidade de trabalhador informal é mais uma inserção no vasto mundo cosmopolita do pobre. Antigas profissões em novas línguas, inaugurando um novo jeito de tocar e ser tocada, enfim, novas maneiras de se relacionar com o corpo. Logo pensei: o que trouxeram essas jovens refugiadas quando deixaram suas casas?

Me aproximei de uma delas; éramos apenas duas e pudemos conversar um pouco. A jovem veio do interior da Venezuela, de ônibus, e estava em Boa Vista havia três meses. A necessidade de sobrevivência foi o que a motivou a trabalhar como prostituta. Ao perguntar se o dinheiro chegava, ela me contou que cobrava oitenta reais pelo programa. Me contou que, com o dinheiro que fazia, conseguia se manter e ainda mandar algum dinheiro para a família que ficou na Venezuela. Veio sozinha, pingando de lugar em lugar, e não tem planos de sair da cidade.

“As ochenta”, era assim que as prostitutas venezuelanas tinham sido apelidadas pelos moradores de Boa Vista. *Ochenta* em espanhol significa oitenta, e oitenta reais é o valor do programa. Quem me contou essa estória foi o motorista de Uber. O apelido das prostitutas venezuelanas era a cifra de um programa barato, um viés do cosmopolitismo do pobre, isto é, das relações precárias e mal remuneradas de trabalho que muitas vezes refugiados são obrigados a acatar. E quando perguntei o que ela havia trazido ao partir de sua casa na Venezuela, ela me disse: duas calcinhas bonitas e alguma maquiagem. Perguntei onde ela guardava as *pantaletas* – e as *maquillajes* – e ela me disse que uma estava no corpo e a outra dentro da única mochila que trouxe, no guarda-volumes da Operação Acolhida, na rodoviária.

No dia seguinte, já com a permissão para entrar nos acampamentos, fui conhecer o Abrigo Rondon 2, onde, atualmente, vivem cerca de 550 pessoas, entre famílias com ou sem filhos. Esse abrigo fica na região sul da capital e tem capacidade para 600 pessoas. Uma característica importante do acampamento é por centralizar as famílias que estão interessadas no processo de interiorização, isto é, que querem se mudar, com a ajuda do governo, para cidades do interior do Brasil. Por esse motivo, o Rondon 2 é também conhecido pelos moradores de Boa Vista por “Abrigo da Interiorização”.

Geralmente os acampamentos são murados e não conseguimos ver de fora o que se passa intramuros. Quando entrei no Rondon 2, vi aquele terreno enorme, o chão coberto por britas e repleto por casas típicas de campos de refugiados, chamadas de “unidades de habitação para

refugiados”. Pela primeira vez eu estava diante de um acampamento de refugiados. Foi contundente ver aquele conjunto imenso de moradias, tendas<sup>12</sup> desmontáveis, beges e enfileiradas. Todas iguais, sem nenhuma personalidade ou nada que evidenciasse qualquer sinal singular entre uma e outra. Fazia silêncio. O acampamento estava muito organizado e havia poucas pessoas circulando. Conversei com um casal de El Tigre, no interior da Venezuela. Eles estavam esperando a mudança para a Bahia e contaram, num tom alegre de voz, estarem satisfeitos no Brasil. Já não poderiam estar mais na Venezuela, e me disseram que regressar seria um erro. Viviam com o mínimo, trouxeram uma pequena mala de roupa para a família de quatro pessoas e um terço, para os dias em que o coração apertasse mais.

Aos poucos fui me dando conta de que os abrigos possuem regras. Não são permitidas visitas e há horários de entrada e saída. Há uma portaria, na qual o morador é obrigado a se identificar quando entra e quando sai. As regras rígidas, fui descobrir depois, são motivo para que muitos refugiados prefiram viver em outros lugares, às vezes, até nas ruas. Nas casas há espaço para dormir e também uma pequena sala e um banheiro. Os moradores do Abrigo Rondon 2 fazem as refeições juntos, no refeitório do acampamento. Deixei o abrigo marcada pelo silêncio e pela falta de gente circulando pelas áreas comuns. Fiquei me perguntando se os acampamentos não são também uma espécie de porta, como a refere Simmel (1994). O que significava aquele acampamento todo murado em relação ao bairro em que ele estava situado? A porta, que se abria mediante regras locais, marcava um interior e um exterior, mas, sobretudo, marcava uma separação. Aprendi que os acampamentos para refugiados delimitam também fronteiras sociais, embora o Abrigo Rondon 2 impusesse uma fronteira mais fluida, já que era um abrigo de passagem e aqueles moradores estavam prestes a sofrer o processo de interiorização, o que os enchia de esperança por um novo recomeço, por um endereço fixo no Brasil.

Todo o silêncio e a monotonia das britas e do bege do Abrigo Rondon 2 ficaram para trás quando cheguei às cores do Abrigo Pintolândia. Esse abrigo está situado na zona oeste da capital e é o único acampamento em Boa Vista designado para o acolhimento de indígenas venezuelanos das etnias Warao e E’ñepá. Atualmente, há 680 indígenas morando no local.

---

<sup>12</sup> As tendas desmontáveis são tecnicamente chamadas de tendas tecnológicas. São feitas de poliuretano ultraleve e podem ser montadas em quatro horas. As tendas foram projetadas na Suécia, pela IKEA. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/venezuelanos-em-roraima-vivem-em-tendas-tecnologicas-da-ikea.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2021.

Enquanto os muros do Abrigo Floresta e do Rondon 2 foram pintados pelo sóbrio bege, nos muros do Pintolândia não havia espaço para a sobriedade. A parede do acampamento que olhava para o bairro estava repleta de grafites em toda a sua extensão. O vasto muro com seus desenhos coloridos (feitos numa parceria entre os moradores do acampamento Pintolândia e o departamento de Artes da UFRR) já era um sinal claro de comunicação entre o dentro e o fora, entre o acampamento e o bairro. Georg Simmel, sociólogo alemão, no seu arejado texto “A ponte e a porta”, nos recorda que tanto “...as substâncias como as energias põem tudo em relação com tudo, fazendo de todas as singularidades um só cosmo” (SIMMEL, 1994, p. 69).

A energia das substâncias, isto é, a energia das cores e do trabalho artístico indígena, transformou o muro, antes bege, num painel colorido. Os desenhos tatuados na extensão do murado do Abrigo Pintolândia, de alguma maneira, abriram um canal de expressão de um certo cosmos de singularidades que está ali encerrado, do lado interno do acampamento. Aqueles grafites propõem uma relação e lançam um diálogo de quem vive no acampamento com quem não vive. Essa forma de comunicação, a de ocupar com desenhos indígenas a parede externa de um acampamento de refugiados, pode ser considerada um ingrediente novo a adicionar na concepção de Silviano Santiago sobre o cosmopolitismo do pobre. Naquele acampamento se condensavam novos elementos: a arte, expressa fora e dentro das casas, e a língua. No Pintolândia quase não se falava espanhol. Aquele acampamento em que a arte, o artesanato feito por mãos femininas e as línguas Warao e Panare circulavam, era também o cenário no qual diferentes histórias de vida aconteciam. Talvez o aspecto mais cosmopolita desse deslocamento fosse, além da expressão de suas formas artísticas e de suas línguas, a presença maciça de indígenas venezuelanos à procura de refúgio no Brasil.

O acampamento Pintolândia era diferente. O cosmos ali era marcado pelo ruído infantil, pelo trança-trança de pessoas, pelas brincadeiras, pelo colorido das pinturas, pelos sorrisos e, às vezes, pelos não sorrisos trocados. Pude ver muitas redes penduradas dentro do enorme ginásio. Uma super oca de concreto armado? Tempos de refúgio...

Com as indígenas Warao conversei através de gestos e olhares. São elas as artesãs de seu povo. Pelas suas mãos são feitas as cestas e os pequenos vasos nos quais estão impressas a memória, a resistência, a beleza e a criatividade. São os objetos – e o conhecimento de como fazê-los – as únicas coisas que trouxeram de suas terras, no distante estado de Delta Amacuro. É também com a venda desses objetos que os indígenas conseguem algum dinheiro para viver em terras

estrangeiras. O objeto artesanal dos Warao funciona como um elo, como a ponte que liga a Venezuela ao Brasil, as terras indígenas à cidade, a vida na floresta à vida confinada no interior dos muros coloridos de um abrigo.



Abrigo Pintolândia em Boa Vista, 2019.

Boa Vista não bastou. A capital de Roraima era apenas uma das expressões da maneira de viver dos refugiados venezuelanos e o desejo de estar literalmente na situação de fronteira me fez seguir viagem até Pacaraima, cidadezinha brasileira que faz fronteira com Santa Elena de Uairén, na Venezuela. As duas cidades estão separadas por 15 km de distância, por uma fronteira aberta, por duas línguas e, como descreve Simmel (1994), por uma espécie de vínculo subjetivo:

Os homens que primeiro abriram um caminho entre dois lugares cumpriram um dos maiores feitos humanos. Por mais que tivessem transitado de um lugar para o outro com muita frequência, vinculando-os, por assim dizer, de maneira subjetiva, foi só quando lavraram o caminho com nitidez na superfície da terra que os lugares passaram a estar vinculados de modo objetivo e que o desejo de vincular-se se transformou numa conformação apta a realizar esse desejo sempre que quisesse, sem depender da frequência ou da raridade com que surgisse. Abrir caminhos é um feito especificamente humano (SIMMEL, 1994, p. 70).



Estrada que liga Boa Vista a Pacaraima, 2019.

Na estrada, dentro de uma espécie de van, segui para Pacaraima. Repetia de maneira inversa a rota feita por muitos venezuelanos em situação de refúgio. A estrada que liga Boa Vista a Pacaraima tem 215 km e levamos 5 horas para percorrê-la. No caminho, entre um buraco e outro no asfalto, o motorista ia me contando histórias de venezuelanos, de trajetos de vida. Aquele caminho, de alguma forma, possibilitava novos começos. A estrada, um feito especificamente humano, estava também destinada a outro feito especificamente humano, o refúgio.

Pacaraima era outro universo, a borda em pleno centro. Nessa pequena e pobre cidade, a vida cotidiana é atravessada pela realidade do refúgio, movimento tão antigo e ao mesmo tempo tão contemporâneo de deslocamento de pessoas. A borda estava ali, a 500 metros de distância do hotel onde fiquei hospedada, da rodoviária por onde cheguei, do centro da cidade e do Centro de Triagem e Acolhimento da Operação Acolhida. Porém, os dias em Pacaraima me fizeram repensar a ideia de borda. A borda, naquele contexto, era muito mais que uma questão de divisa marcada por bandeiras e oficiais dos dois países em seus uniformes. O conceito físico-espacial de borda já não cabia mais. Naquela pequena e agitada cidade no canto do Brasil, o conceito de borda extrapolava as questões da terra e atingia as questões humanas. A borda já não era apenas uma questão de espaço, mas também de “todos aqueles que chegam, que nos chegam e nos acontecem” (MACÉ, 2017, p. 24).

Os três dias em Pacaraima foram muito intensos. A intensidade se revelava não apenas no trânsito de pessoas chegando da Venezuela, mas, principalmente, na precariedade com que essas pessoas estavam vivendo a situação de refúgio. Assim que cheguei à cidade, fui a pé até o BV-8, como era chamado o Centro de Triagem e Acolhimento para imigrantes e refugiados. Aquele era o lugar onde o imigrante se tornava visível para a burocracia brasileira, ao solicitar seu visto de refugiado ou de permanência temporária no país. Na grande tenda organizada pelo ACNUR e pelo Exército Brasileiro, além de darem entrada nos seus pedidos de documentos, os imigrantes passam por uma triagem de saúde, quando recebem vacinas e tratamento médico, dependendo do estado de saúde em que chegam ao Brasil, e também por entrevistas com assistentes sociais do ACNUR. Eu pude acompanhar uma dessas entrevistas, na qual a assistente social venezuelana avaliava se aquela jovem mãe de 17 anos, que chegou a pé da Venezuela com sua filha recém-nascida no colo, uma bolsa com uma única fralda descartável extra e uma mamadeira de leite pela metade, contemplava os requisitos do que o ACNUR chama de refugiados em situação de extrema vulnerabilidade.



Pacaraima, 2019.



Operação Acolhida em Pacaraima (BV-8), 2019.

Refugiadas e refugiados que estão em situação de vulnerabilidade são encaminhados ao abrigo BV-8, para receberem os cuidados de que necessitam, moradia, além de alimentação e assistência social. Os refugiados que podem pagar ou têm algum tipo de conexão na cidade, vão morar em quartos espalhados pelos bairros; outros, partem para demais localidades, mas há também aqueles que dormem em redes, na rua e ao relento.

Passei algumas horas no BV-8 conversando com os refugiados, com soldados do Exército Brasileiro e com funcionários do ACNUR. O ritual de chegada à tenda de acolhimento me lembrou o que vi na rodoviária internacional de Boa Vista. Os refugiados chegam, deixam seus poucos pertences numa espécie de guarda-volumes, e vão cuidar de suas vidas. Passar por Pacaraima é obrigatório, pois é o único lugar no estado de Roraima no qual o refugiado tem acesso a todos os serviços burocráticos de imigração.

Tanto na minha tarde no Centro de Triagem e Acolhimento como nas minhas andanças por Pacaraima, conheci algumas pessoas que me marcaram como pesquisadora e, sobretudo, como pessoa. A mãe jovem com sua filha de 2 meses que conheci na entrevista do ACNUR não quis me dizer seu nome, mas permitiu que eu a fotografasse com sua filha no colo e, quando lhe perguntei o que trouxera em sua longa travessia até o Brasil, ela me disse, determinada: “mi hija”. De maneira nenhuma posso comparar a importância de um ser humano à de um objeto; porém, pude imediatamente reconhecer naquela mulher, ao responder à minha pergunta mostrando sua filha nos braços como “seu objeto”, a potência da maternidade e sua maneira tão frágil e poderosa de expressar o que realmente tinha valor para ela naquele momento de desenraizamento profundo.

Pacaraima é a borda em pleno centro porque ali vi muitas feridas e reverses de uma cidade grande. Havia miséria, congestionamento, muito lixo na rua, animais abandonados, pessoas circulando pelas calçadas, restaurantes populares e um comércio de alimentos a granel intenso. Mas Pacaraima também era centro porque ali acontecia algo fundamental: numa cidade tão pequena, venezuelanos refugiados conviviam com os pacaraimenses. Tal convivência acontecia nas salas de aula de escolas públicas, nas salas de espera dos centros de saúde e, principalmente, no mundo do trabalho. Vi muitos venezuelanos trabalhando em bares, em lojas de mantimentos, supermercados, restaurantes, na construção civil e no mercado informal vendendo cigarros, marmitas e doces. Sei também que muitas venezuelanas trabalhavam no serviço de limpeza em hotéis ou como empregadas domésticas. Havia também aqueles que ganhavam dinheiro fazendo

traslados de Pacaraima a Santa Elena. É essa fricção entre culturas e línguas, maneiras de ser e inserções sociais distintas que fazem Pacaraima estar na borda e no centro, simultaneamente.

Pacaraima está na borda porque era uma cidade desconhecida para muitos dos brasileiros até 2017, quando a grande onda de refugiados venezuelanos chegou ao Brasil e usou o município como porta de entrada no país. A circulação de pessoas refugiadas coloca Pacaraima, cidade de fronteira, no centro. O contato, a fricção entre os pacaraimenses e os refugiados criam novas situações no plano linguístico, no plano cultural e no plano social, fazendo de Pacaraima uma cidade cosmopolita, do pobre. A situação da cidade que anteriormente era de fronteira e de ir e vir é transformada pelos refugiados quando se fixam na cidade e na região. “Essa nova relação com o sujeito-outro (AGIER, 2015, p. 28) funda experiências para os dois lados. Entre o refugiado venezuelano e o morador de Pacaraima se estabelece uma relação. Um passa a existir diante do outro, isto é, há um duplo reconhecimento e também um desconforto. De um lado, o estrangeiro começa a perceber-se no outro. E o brasileiro experimenta a estrangeiridade, pois algo do outro cruza e penetra nos seus espaços íntimos, na sua subjetividade. Há descobertas dos dois lados e, de alguma forma, tanto o refugiado como o pacaraimense ficam “fora de lugar”, fundando uma terceira posição, com seus conflitos, mas, talvez, com a possibilidade de alguma zona de encontro. Todos se tornam estrangeiros e locais, em alguma medida.

Dentre as várias palavras para referir à fronteira, temos *borda*, *divisa*, *beira*, *beirada*. Marielle Macé, em seu livro *Siderar e Considerar: imigrantes, formas de vida*, traz uma nova palavra para esse léxico: *limítrofe*. Gosto desse vocábulo, porque seu sentido também contempla a troca, alguma zona de encontro, a porosidade e a capacidade de apreensão das pessoas que estão envolvidas na relação. Segundo Macé (2017),

Limítrofe vem do latim *limes* – o limite, a fronteira – e do grego *trophê* – a ação de nutrir, o alimento. O limítrofe é aquele que se mantém na borda, no limite, o que vive na fronteira e que faz dela sua estadia; mas também, de certa maneira, o que nutre o limite, espessa e adensa a fronteira e, ainda, o que agrava o limite e complica seu sentido [...] Tudo o que direi não consistirá de modo algum em apagar o limite, mas em multiplicar suas figuras, em complicar, espessar, deslinearizar, dobrar, dividir a linha justamente fazendo-a crescer (MACÉ, 2017, p. 23).

Voltei para casa, para minha casa. Vim no voo tentando encaixar todas as pedras que tinham saído do lugar. Estar é diferente de saber. Estar implica ampliar limites e se nutrir deles, em troca de olhares, apertos de mão, vozes em outras línguas, respostas inesperadas, sorrisos compartilhados, alguma decepção e muita novidade. Estar em Roraima foi fundamental para eu

aprender que nem sempre um refugiado tem um objeto para levar com ele no momento de abandono de seu país. Trazer algo significa ter algo e, principalmente, ter tempo e espaço mental para pensar nessa questão. Para muitos dos refugiados que estão deixando suas casas, a questão material não é a mais importante. Entendi que, para muitas pessoas que se deslocaram de maneira forçada da Venezuela, trazer sua vida maltratada, cheia de fome e um filho no colo é a única possibilidade de elo e memória com o que ficou para trás.

## PARTE IV

## SOBRE IMAGENS

Já faz certo tempo que se abriam novas possibilidades documentais, que vêm expandindo a própria noção de arquivo e de acervo. Para além das bases escritas, se arrisca produzir novos conhecimentos a partir da análise de moedas, lápides, objetos de cultura material de uma maneira geral, fontes literárias, obras de teatro, telas, esculturas, imagens de jornal, cartazes, caricaturas e, tomando um lugar cada vez mais importante, fotografias. No entanto, vale a pena acentuar como continuamos encontrando um lugar “subalterno” para esse tipo de material, como se existisse uma hierarquia interna às fontes: em primeiro lugar os registros escritos, em segundo (e de maneira distanciada) as imagens, e de maneira alargada. Mas penso que é chegada a boa hora de “lermos imagens” em sentido paralelo ao que destrinchamos um documento amarrotado, um texto clássico, um documento cartorial, uma notícia de jornal. [...] Vasculhar usos de imagens não como ilustrações, mas como documentos que, assim como os demais, constroem modelos e concepções. Não como *reflexo*, mas como *produção* de representações, costumes, percepções, e não como imagens fixas e presas a determinados temas ou contextos, mas como elementos que circulam, interpelam, negociam. Uso o termo “representação”, que tem com certeza uma larga tradição e merece uma série de concepções políticas, sociológicas, semióticas e estéticas, antes com o sentido que Mitchell (2009, p. 11) lhe conferiu “de estar em lugar de e atuar por” do que como “coisa” fixa e essencial. Nesse sentido ele permite relacionar texto e imagem; questões éticas, do conhecimento e do poder. Menos do que uma teoria da imagem, a sugestão é de dar “imagem à teoria”, no sentido de ela se comportar como uma privilegiada instância formadora de representações. Dessa maneira, o conceito de representação é, antes, entendido aqui como processo e relação, incluindo-se em seu escopo cultura política, sistema de intercâmbios e transferência de valores, imaginários utópicos e realidades pragmáticas (MITCHELL, 2009) (SCHWARCZ, 2014, p. 392).



Rodoviária Internacional de Boa Vista, 2019.



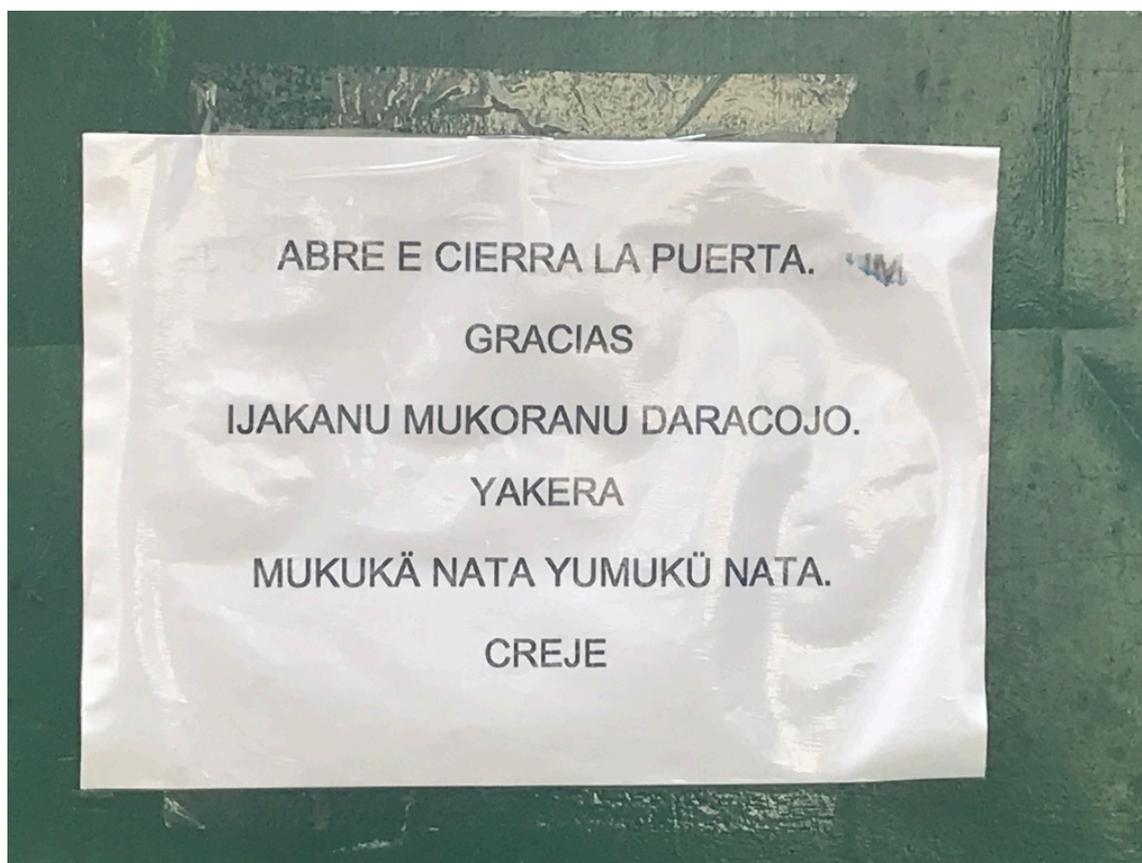
Rodoviária Internacional de Boa Vista, 2019.



Boa Vista, 2019.



Boa Vista, 2019.



Abrigo Pintolândia – Boa Vista, 2019.



Abrigo Pintolândia – Boa Vista, 2019.



Abrigo Pintolândia – Boa Vista, 2019.



Abrigo Pintolândia – Boa Vista, 2019.



Abrigo Pintolândia – Boa Vista, 2019.



Abrigo Pintolândia – Boa Vista, 2019.



Abrijo Pintolândia – Boa Vista, 2019.



Pacaraima, 2019.



Pacaraima, 2019.



Pacaraima, 2019.



Pacaraima, 2019.



Pacaraima, 2019.



Pacaraima, 2019.



Operação Acolhida em Pacaraima (BV-8), 2019.



Operação Acolhida em Pacaraima (BV-8), 2019.



Pacaraima, 2019.



Pacaraima, 2019.



Pacaraima – Santa Elena de Uairén, 2019.



Pacaraima, 2019.



Pacaraima, 2019.



Meu quarto no Hotel Pacaraima, 2019.



Boa Vista, 2019.



Pacaraima, 2019.

**CAPÍTULO II**  
**O REFÚGIO COMO RELICÁRIO**

## PARTE I

Ao estudar para escrever este capítulo, fui me embrenhando na teoria do refúgio e descobrindo muitos fios de história. Do emaranhado, algo ficou registrado na minha memória: os refugiados, independentemente do momento histórico, sempre estiveram fora de lugar, sempre foram tratados como relíquias. No dicionário Houaiss, relíquia é definido como “1. Caixa, cofre onde se guarda relíquia de santo. 2. Algo precioso de grande valor”. No mesmo dicionário, a etimologia aponta para a palavra latina *reliquiae, arum*, no sentido de “restos, resíduos de alguma coisa, relíquias, destroços, restos mortais, cinzas, excremento”. Afinal, quem é esse refugiado<sup>13</sup> que habita o nosso imaginário, o nosso país, a nossa cidade e, algumas vezes, a nossa sala de aula?

*Migrando*, livro de Mariana Chiesa Mateos, é um exemplo delicado e corajoso de aproximação do tema da migração<sup>14</sup>. Através de desenhos “nítidos e essenciais” (MATEOS, 2015, p. 2), com duas capas diferentes e dois pontos de partida distintos – enquanto uns partem de balsas clandestinas e encaram o alto mar na escuridão, outros partem de avião –, a autora argentina desenha refugiados e imigrantes deixando para trás a língua conhecida, os rostos familiares, os cheiros e sons, para uma experiência num outro país, em busca de melhores condições de vida, de liberdade, saúde, segurança ou trabalho. Os desenhos do *Migrando* representam vivências migratórias heterogêneas, propondo ao leitor a experiência de vários pontos de vista do fenômeno

---

<sup>13</sup> Pessoa que “receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país” (PERRUCHOUD, 2009, p. 62).

<sup>14</sup> A Organização Internacional para as Migrações (IOM – International Organization for Migration) define o fenômeno da migração humana como sendo o movimento de uma pessoa, ou um grupo de pessoas, por meio de fronteira internacional ou dentro do próprio Estado, abrangendo qualquer movimento da população, seja qual for sua extensão, sua composição e suas causas, incluindo-se a migração de refugiados, deslocados internos, migrantes econômicos, reunificação familiar e asilo, dentre outras finalidades (LIMA, 2017, p. 21). Apátrida: São pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia ocorre por várias razões, como discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos quando este país se torna independente (secessão de Estados) e conflitos de leis entre países (ACNUR). Retornados: São pessoas que tiveram o status de refugiados e solicitantes de refúgio, e que retornam voluntariamente a seus países de origem. Para muitos dos que foram forçados a fugir, voltar para casa significa o fim de um tempo muitas vezes traumático no exílio (ACNUR). Deslocados internos: São pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um refugiado, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção. Mesmo tendo sido forçadas a deixar seus lares por razões similares às dos refugiados (perseguições, conflito armado, violência generalizada, grave e generalizada violação dos direitos humanos), os deslocados internos permanecem legalmente sob proteção de seu próprio Estado – mesmo que esse Estado seja a causa de sua fuga (ACNUR). Asilado: Enquanto a concessão do refúgio depende de um trâmite técnico em um órgão colegiado, o asilo pode ser concedido por arbítrio exclusivo do presidente da República, sem que seja necessário nenhum embasamento de ordem estritamente legal. É, portanto, uma ferramenta política. Esse aspecto político do asilo é visível no debate que estende a proteção para além do território do país de abrigo, incluindo também veículos diplomáticos e embaixadas como “territórios protegido” para o asilado (ACNUR).

da migração. As imagens nos ensinam que nem sempre o imigrante, aquele que se desloca para outro país a fim de ali se estabelecer, é um refugiado.



La Havana, 2019.

O motivo para se deixar o país de origem é fundamental para o migrante ser qualificado como imigrante ou refugiado. Os imigrantes são aqueles que deixam seu país, geralmente, num processo voluntário, cruzando uma fronteira em busca de melhores oportunidades econômicas. O refugiados, por sua vez,

enfrentam situações tão perigosas e intoleráveis que decidem cruzar as fronteiras nacionais para buscar segurança em outros países, sendo internacionalmente reconhecidos como “refugiados” e passando a ter acesso à assistência dos países, do ACNUR e de outras organizações relevantes. Eles são assim reconhecidos por ser extremamente perigoso retornar a seus países de origem e, portanto, precisam de refúgio em outro lugar. Essas são pessoas às quais a recusa de refúgio pode ter consequências potencialmente fatais para suas vidas (ONU BRASIL, 2016).

Segundo o último relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2018), no mundo há cerca de 79,5 milhões de pessoas que foram forçadas a deixar seus locais de origem por diferentes tipos de conflito. Desse contingente, 26 milhões são refugiados e cerca de 3,5 milhões são pessoas solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado.

Ao longo da história, mesmo antes da expansão europeia iniciada no século XV e de um processo intensificado desde então, os deslocamentos dos povos constituem mais uma regra do que uma exceção. As migrações em massa não são, de forma alguma, um fenômeno recente e tem acompanhando a modernidade desde os seus primórdios. O modo de vida contemporâneo tem produzido uma parcela de pessoas que ficam à margem do progresso econômico, seja por razões de conflitos causados por transformações sociais, políticas ou pela disputa de poder. Giorgio Agamben (2014, p. 114) assinala que, “desde os fluxos de refugiados que ocorreram ao final da Primeira Guerra Mundial, este processo tem se intensificado”. Se a Primeira Guerra gerou cerca de 4 milhões de refugiados, a Segunda foi responsável por pelo menos 40 milhões.

Ainda que não seja o objetivo do meu trabalho estudar a história e a teoria do refúgio, é relevante compartilhar um pouco do contexto desse fenômeno. Escolho abordar o tema a partir da criação da ONU, marco importante para as questões de refúgio no mundo contemporâneo.

Em 1945 foi criada a Organização das Nações Unidas, ONU, em São Francisco, Estados Unidos. A organização foi fruto de uma reunião pacífica pós-Segunda Guerra Mundial e veio a substituir a Liga das Nações<sup>15</sup>, fundada em 1920 pelos Estados Unidos. Em 1949, a ONU cria o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. O órgão foi concebido com status

---

<sup>15</sup> A Liga das Nações (1920 – 1946) foi “uma organização que tinha como objetivo reunir as nações da Terra e promover a paz mundial. Foi a primeira entidade internacional a mobilizar-se pela causa dos refugiados e a tomar atitudes sobre o tema” (ZENERO, 2017, p. 16-17).

apolítico, humanitário e social e, desde sua criação, o ACNUR iniciou o trabalho de proteção internacional dos refugiados e, principalmente, a busca por soluções permanentes para a questão do refúgio no mundo. Sob a organização do ACNUR, em 1951, em Genebra, aconteceu uma conferência cuja finalidade era que os países ligados à ONU assinassem o documento internacional que ficou conhecido como Convenção de 1951. Esse documento foi o primeiro Estatuto dos Refugiados.

Entretanto, a Convenção de 1951, que pode ser considerada como um dos instrumentos mais expressivos de proteção dos refugiados, apresentava alguns pontos frágeis; dentre eles, a limitação quanto à classificação do status do refugiado. A Convenção diz:

em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguido em virtude de sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do seu país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual, após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar (ACNUR, 2000a, p. 61).

Essa definição também estabelecia uma limitação temporal (referida como “reserva temporal”) que restringia sua aplicação aos “acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951” (ACNUR, 2000a), além de possibilitar o entendimento de que se referia a acontecimentos ocorridos apenas na Europa.

No entanto, no ano de 1967, tendo em vista as vulnerabilidades da Convenção, a ONU propõe um protocolo, que ficou conhecido como Protocolo de 1967. Esse documento não reformulou o status de refugiado, mas alterou as reservas temporal e geográfica sobre o tema:

Com o passar do tempo e com o surgimento de novas perseguições no mundo, as reservas temporal e geográfica passaram a ser percebidas como impeditivas de uma ampla proteção aos refugiados. As guerras de independência de colônias africanas, por exemplo, originaram grandes fluxos de refugiados na década de 1960, chegando a mais de meio milhão em 1965 e praticamente dobrando esse número ao final da década (ACNUR, 2000b, p. 56).

Nesse contexto, propôs-se o Protocolo sobre a Convenção de 1951, que foi submetido à Assembleia Geral da ONU, em dezembro de 1966, e assinado pelo seu presidente e pelo secretário-geral, em 31 de janeiro de 1967. Com a adoção do Protocolo de 1967, extinguiu-se a reserva temporal, cabendo aos Estados aderirem ao novo instrumento independentemente de terem assinado ou ratificado a convenção. Além da questão temporal, o Protocolo de 1967 alterou o limite geográfico da definição do refúgio. Antes do Protocolo, apenas os refugiados de origem europeia

eram contemplados pela Convenção de 1951. Após estatuto, o Protocolo poderia ser aplicado a qualquer pessoa refugiada, independentemente do seu país de origem.

No pós-guerra, entre os anos de 1945 e 1953, o Brasil chegou a receber cerca de 30 mil refugiados. Nessa época, ainda havia a limitação geográfica, isto é, o Brasil (e o mundo) só podia receber “refugiados” da Europa. Thiago Zenero (2017), em seu livro *Somos Estamos Refugiados*, relata que, nessa mesma época, o Brasil recebeu 1.200 chineses. Esses, ao chegarem no Brasil, foram registrados como imigrantes e não como refugiados.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o Brasil sempre foi visto como um país pioneiro na recepção de refugiados. Em 1960, “foi o primeiro Estado do Cone-sul a ratificar a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 [...] E em 1977 o ACNUR instalou no Rio de Janeiro um escritório que seria responsável pelos refugiados no país” (ZENERO, 2017, p. 32). Entretanto, entre as décadas de 1970 e 1980, o Brasil viveu mais um paradoxo em relação ao tema: enquanto o país recebia refugiados provenientes da Europa, perseguia os brasileiros por questões políticas e não aceitava oficialmente os refugiados que sofriam perseguição política, vindos dos países vizinhos.

Entre 1977 e 1982, anos quase finais da ditadura militar no Brasil, o ACNUR exercia suas atividades de forma muito limitada. Porém, com a redemocratização do Brasil e a Constituição de 1988, o país começa a adotar políticas públicas diferentes daquelas empregadas nos Estados que desrespeitavam os direitos humanos:

Esta mudança foi fundamental para a quebra do Estado autoritário da ditadura militar e pela submissão da soberania do Estado às regras jurídicas, especialmente porque a Constituição trazia alguns direitos fundamentais para os refugiados ao assegurar os alicerces da concessão de refúgio como vertente dos direitos humanos e direito do asilo. Outra importante mudança que a Carta trazia era quanto à igualdade de direitos entre brasileiros e estrangeiros, incluindo refugiados e solicitantes de refúgio (ZENERO, 2017, p. 34).

A Constituição de 1988 foi um grande passo para a implementação dos direitos humanos, embora ela não trouxesse nenhuma lei específica em relação aos refugiados. Apenas em 1997, com a Lei n. 9.474, o governo brasileiro elabora algo específico para o refúgio. Nessa lei, fica estabelecido que qualquer estrangeiro que chegar ao Brasil pode solicitar refúgio, independentemente da maneira como entrou no país, isto é, a entrada irregular não impede o pedido de refúgio, já que a solicitação de passaporte e visto no país de origem (onde as pessoas sofriam perseguição), muitas vezes, é inviável. A Lei n. 9.474 também passa a adotar uma definição mais ampla, considerando refugiadas as pessoas que se enquadram em uma de três situações:

- I. Devido a fundados temores de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
- II. Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;
- III. Devido a grave e generalizada violação dos direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (ZENERO, 2017, p. 37).

A definição expandida ainda abole a reserva geográfica da Convenção de 1951. Segundo os novos termos, a situação dos refugiados passou a ser vista, pela primeira vez, como um problema crônico e não como algo atemporal; e também, como um problema individual, isto é, cada caso de perseguição passou a ser analisado de forma exclusiva e não apenas de forma coletiva, quando o status de refugiado era determinado fundamentalmente pela sua nacionalidade.

Após essa breve contextualização do refúgio no Brasil, gostaria de me aproximar dos fluxos de refugiados mais recentes, isto é, aqueles que aconteceram entre 2011 e 2018 no Brasil. Tal período foi escolhido porque são os últimos anos que temos dados oficiais disponíveis. Os dados deixam bem evidente a mudança de fluxo migratório<sup>16</sup>, isto é, há uma diminuição de refugiados vindos da África e Oriente Médio e um aumento de refugiados do Haiti e Venezuela. Dentro desse panorama, e olhando exclusivamente para a Venezuela, no ano de 2016, chega a primeira onda importante de pessoas desse país ao Brasil. Ou seja, em 2016, o Brasil recebeu 3.375 mil pedidos de refúgio de venezuelanos; em 2017, 17.865 mil pedidos; em 2018, 61.681 mil. Importante apontar que, em junho de 2018, o governo brasileiro, através do CONARE decidiu reconhecer a situação de “grave e generalizada violação de direitos humanos” na Venezuela, fundamentado na Lei no 9.474, de 1997. Além da crise econômica e humanitária sem precedentes que a Venezuela atravessava – e atravessa – somando ao acolhimento legal do Brasil, muitos refugiados venezuelanos se sentiram estimulados a migrar para o território brasileiro.

---

<sup>16</sup> Principais nacionalidades em trâmite de pedido de refúgio em dezembro de 2018: Venezuela (50%), Haiti (10%), Senegal (5%), Cuba (4%), Angola (3%), Bangladesh (3%), Síria (3%), Nigéria (2%) e outros (16%). Refúgio em Números, disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 25 abr. 2020.

Segundo a 4ª edição do *Refúgio em Números*<sup>17</sup>, o mais recente boletim do Ministério da Justiça e do CONARE<sup>18</sup>, lançado em janeiro de 2019, o Brasil possui cerca de 11.231 pessoas refugiadas reconhecidas. Das 11.231 reconhecidas como refugiadas, atualmente, 6.554 mantêm tal condição no Brasil<sup>19</sup>. Como mencionei no primeiro capítulo, há no Brasil oitenta nacionalidades de refugiados reconhecidos. No presente, os principais grupos são compostos por pessoas do Haiti, Cuba, Senegal e Venezuela. Em 2017, quando comecei minha pesquisa, o mapa dos grupos era um pouco diferente. Naquela época, ao Brasil ainda chegava um maior número de refugiados da Síria, Senegal, Cuba, Nigéria, República Democrática do Congo, Colômbia, Paquistão e Palestina. Se olharmos para o gênero das pessoas refugiadas que chegaram no país, entre 2011 e maio de 2020, encontraremos 46,7% de refugiadas e 53,3% de refugiados. A faixa etária predominante entre as refugiadas é de mulheres entre 20 e 34 anos. Já a faixa etária predominante entre homens refugiados está entre 18 e 29 anos.

“Nesse mesmo relatório, *Refúgio em Números*, sintomaticamente, há uma sessão especial para os números da Venezuela. Em 2018, o fluxo migratório de venezuelanos já estava sendo considerado um dos maiores da América Latina, com mais de 3 milhões de pessoas, isto é, 9% da população” (JUBILUT, 2018, p. 164) já tinham deixado o país. Apesar de o Brasil não ser o país que mais recebe refugiados venezuelanos, no ano de 2017, a migração de pessoas da Venezuela passa a se intensificar<sup>20</sup>. Em 2018, como afirmei anteriormente, fundamentado na Lei n.9.474 de 1997, o CONARE passa a reconhecer na Venezuela uma situação de “grave e generalizada violação de direitos humanos” (REFÚGIO..., 2018) e, até dezembro de 2018, o Comitê Nacional de

---

<sup>17</sup> Refúgio em Números, disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 25 abr. 2020.

<sup>18</sup> O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) é uma comissão interministerial sob o âmbito do Ministério da Justiça, no Brasil. O CONARE é o organismo público responsável por receber as solicitações de refúgio e determinar se os solicitantes reúnem as condições necessárias para serem reconhecidos como refugiados. O Comitê é constituído por representantes do Ministério da Justiça e Cidadania, que o preside, do Ministério das Relações Exteriores (vice-presidência), do Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, do Ministério dos Esportes, do Departamento da Polícia Federal, da Defensoria Pública da União, de organizações da sociedade civil (atualmente a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e o Instituto de Migrações e Direitos Humanos) e do ACNUR, podendo este último realizar contribuições nas reuniões, mas sem direito a voto (LIMA, 2017, p. 18).

<sup>19</sup> Das 11.231 reconhecidas como refugiadas, atualmente, 6.554 mantêm tal condição no Brasil. É possível dizer que algumas pessoas se naturalizaram brasileiros/as, retornaram ao país de origem, tiveram a cessação da condição de refugiado, faleceram, optaram pela residência, entre outras situações comuns da vida. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 12 maio 2020.

<sup>20</sup> A Colômbia recebeu 1,5 milhão de refugiados venezuelanos, seguido do Peru com 860 mil, Chile com 371 mil e Equador com 330 mil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-12-06/brasil-da-refugio-a-21000-venezuelanos-em-um-dia-o-dobro-dos-asilados-em-duas-decadas.html>. Acesso em: 12 maio 2020.

Refugiados tinha recebido 85.438 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado venezuelano. Dessas solicitações, 61.681 foram recebidas apenas em 2018. E 81% das solicitações foram apresentadas no estado de Roraima, como citei anteriormente, estado que possui a fronteira pela qual entra a maioria dos imigrantes e refugiados venezuelanos no Brasil.

Em dezembro de 2019, o Brasil, sob o governo de Jair Bolsonaro, reconhece 21.432 mil venezuelanos como pessoas refugiadas<sup>21</sup>. A cifra é inédita, mas, infelizmente, essas 21.432 mil pessoas representam uma gota num êxodo que já alcança 4,5 milhões de venezuelanos fora da Venezuela. É curioso pensar o que motivou o governo Bolsonaro a reconhecer esse número de refugiados.

O Brasil, desde 2017, ainda no governo Temer, é membro do Grupo de Lima. Esse grupo é formado por ministros das Relações Exteriores de 14 países do hemisfério americano, entre eles o Brasil, Peru, Colômbia, Argentina, México e Canadá. Os Estados Unidos não fazem parte, mas, representantes do governo Trump, participam das reuniões. O Grupo de Lima tem como objetivo discutir soluções para a estabilização da Venezuela e, além de não legitimizar o governo de Nicolás Maduro, o grupo apoia a substituição do atual presidente, pelo venezuelano Juan Guaidó, político alinhado à política norte americana.

Desde o início do governo Bolsonaro, as relações diplomáticas entre o Brasil e Venezuela se deterioraram muito, fruto dos antagonismos profundos entre os dois presidentes. Logo, ao conceder refúgio a 21.432 mil venezuelanos, o governo brasileiro reconhece que o contexto político na Venezuela é capaz de gerar “fundados temores de perseguição” ou “grave e generalizada violação de direitos humanos” (REFÚGIO..., 2018). E, conforme a lei brasileira, os atos acima concedem o direito de refúgio para aqueles que procuram o Brasil como destino. Na época, o reconhecimento dos 21 mil refugiados venezuelanos pelo governo brasileiro quase não foi tratado pela grande mídia. O que sabemos é que Bolsonaro, além de ter sido um dos primeiros a reconhecer Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela, é um dos que mais insistem para que Nicolás Maduro deixe o poder.

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-12-06/brasil-da-refugio-a-21.000-venezuelanos-em-um-dia-o-dobro-dos-asilados-em-duas-decadas.html>. Acesso em: 12 maio 2020.



Athenas, 2018.

## PARTE II

Março de 2019. Ápice da migração venezuelana ao Brasil, momento em que pessoas refugiadas deixavam para trás sua língua, seus afetos, seus objetos, suas casas, sua gente. Momento também em que volto para a sala de aula do Cursinho Popular Mafalda e encontro 26 alunos, dentre eles, 22 venezuelanos, para, juntos, começarmos o curso de português para refugiados. Entre as risadas e o espanhol ao longe, caminho curiosa em direção à sala de aula em que sou professora voluntária e inicio minha pesquisa de mestrado.

As aulas de português aconteciam todos os sábados e duravam três horas. Tínhamos tempo para conversar, para aprender, para ensinar, para rir e nos emocionar, para falar de coisas sérias e, ainda, nos sobrava tempo para o nosso café. Instituímos um café de 20 minutos e todos cooperavam com algo, desde a colher para mexer o açúcar até bolos deliciosos de abacaxi feitos sempre pela Maria, uma aluna venezuelana. Era também nessa pausa que os alunos combinavam um almoço juntos, contavam sobre suas famílias e seus países, dividiam as dores do amor, enfim, colocavam o assunto da semana em dia. Era também ali que a solidariedade girava – alunos traziam produtos alimentícios para aqueles que estavam com dificuldade para comprá-los, trocavam livros e informações sobre vagas de emprego ou novos cursos para se prepararem melhor para o mercado de trabalho.

A sala de aula no Cursinho Mafalda me deu régua e compasso. Foi lá que ouvi muitas histórias que me alimentaram para pensar e seguir no meu trabalho e, sobretudo, admirar e respeitar cada estudante refugiado que estava ali, disposto a aprender, a me ouvir e a falar.

O perfil dos estudantes refugiados do Mafalda não era muito diferente do que citei acima, nos dados do boletim *Refúgio em Números*, de 2019. Na minha sala de aula, do total de 26 alunos, 34% (9) eram mulheres entre 25 e 59 anos e 66 % (17) eram homens entre 25 e 59 anos. Quanto à escolaridade, das nove estudantes, 66% (6) das mulheres têm superior completo e 34% (3) cursaram até o ensino médio. Entre os 17 estudantes homens, 41% (7) têm superior completo e 59 % (10) possuem até o ensino médio. Quanto às formações, havia engenheiros, pedagogos, médicos, advogados, administradores de empresa, jornalistas, costureiros e técnicos de IT. Os técnicos de IT e os administradores trabalham em suas áreas de formação, o médico, estudava para validar seu diploma, enquanto a advogada, ainda não trabalhava até aquele momento. Entre os engenheiros, alguns atuavam na área de *marketing* ou vendas. Havia também os alunos que trabalhavam como

garçons, cozinheiros e cuidadores. Havia as donas de casa e o motorista de Uber. Todos estavam no Brasil há um período que variava entre 3 meses e um ano e meio.

Com o passar dos sábados, íamos nos conhecendo melhor. Me impressionava a gratidão que sentiam pelo Brasil e, principalmente, pelo SUS. Se sentiam tão acolhidos que pareciam incapazes de falar sobre as mazelas do país. O Brasil que eles traziam para a sala de aula era um país com imensa diversidade cultural, sem guerrilhas, perseguições, narcotráfico e gangues. Tinha remédio, comida, transporte público e trabalho. Aos poucos, durante as nossas discussões, eles foram percebendo que o SUS, sem dúvida, era maravilhoso, mas comecei a perguntar quantas médicas e médicos negros eles haviam encontrado. Quantos moradores de rua dormiam nas escadarias da estação Vila Carrão? Quantos corpos tínhamos que pular todo sábado cedinho na estação de metrô para chegar ao Mafalda?

De alguma forma, para alguns alunos, o leve desencantamento pelo Brasil produzido pelas nossas discussões parecia gerar certo alívio e, aos poucos, vi que alguns tinham o que contar. Fui ouvindo estórias de xenofobia em Manaus e Pacaraima, das dificuldades para chegar a Roraima e, depois, a São Paulo, da burocracia, das dificuldades com a língua, e da imensa saudade que sentiam de seus países. Enfim, as adversidades do recomeçar não eram poucas, mas o desejo era muito maior.

A cada aula eu falava mais sobre o Brasil e os alunos traziam mais memórias sobre seus lugares de origem e suas trajetórias de refúgio. As estórias de vida eram venezuelanas, isto é, as referências políticas, os ritmos musicais, a comida, os lugares, o humor, a afetividade, os cabelos sempre bem arrumados, o sotaque... Tudo era muito venezuelano, afinal, dos 26 alunos, 22 eram de lá. Para mim, a Venezuela sempre foi um país próximo e, ao mesmo tempo, distante. Acompanhava de longe os altos e baixos da economia e da política dos governos Chávez e Maduro. No entanto, nunca havia lido um romance ou escutado música venezuelana. Na sala de aula, eu era a de fora, a estrangeira no meio deles. Eu queria entender o mundo que haviam deixado para trás e foi a literatura que me ajudou.

Em uma das aulas, lemos o conto “Algo vai acontecer” (2019), da escritora caraquenha Karina Sainz Borgo. Em 2019, a *Folha de S. Paulo* publicou alguns de seus contos e através deles fui aprendendo sobre os venezuelanos. Compreendi um pouco mais sobre seus modos de sentir o dia a dia de um país em crise profunda e, sobretudo, me acerquei de certa maneira de narrar a vida das pessoas que ficaram e das que partiram da Venezuela. “Algo vai acontecer” é um relato

ficcional, e a ficção é capaz de relatar de forma concreta e viva acontecimentos reais duros, oferecendo ao leitor uma experiência que não é a sua. Lemos o conto juntos e durante a leitura percebi a potência do que é ser uma pessoa refugiada:

Trabalho na universidade há 15 anos. Quando consegui a vaga de técnico de laboratório, pensei em completar algum curso, aprender a preparar reagentes. Poderia até chegar a supervisionar os projetos dos professores titulares. Agora só o que faço é cuidar de salas vazias. Antes de entrar, passo os olhos pelas janelas. Dificilmente se passa uma noite sem roubos. Às vezes roubam papel, algum telefone, um cabo, uma lâmpada, qualquer coisa que chame a atenção. Também verifico se há água.

Se está tudo em ordem, ligo o único computador do departamento, que guardamos debaixo de uma lajota frouxa de uma das antigas salas de cultivos. Quando a internet funciona, checo o email e arquivo as petições. Um ano atrás demorava o dia inteiro para responder a tudo, mas hoje chegam cada vez menos emails. Os estudantes se foram, e os que ficaram quase não pedem coisas: um certificado de estudos ou um documento que possam carimbar para procurar trabalho fora. Ir embora, é disso que todos falam, minha esposa também. Ir embora? Para onde? E para quê? Então ela se vira na cama e faz silêncio no meio da noite. Olho para o teto, esperando algo acontecer.

Quando a conexão com a internet não era tão lenta, eu me sentava no laboratório para navegar no Google Earth. Faz dias que a banda larga não está funcionando, por isso me acomodo diante da tela do computador até dar 16h, quando minha jornada termina. É um tédio ficar esperando diante de um monitor apagado. É como passar o dia se olhando no espelho. Preencher o tempo, esperando que alguma coisa aconteça. Tento cumprir meu horário até o final, mas nem sempre consigo. Saio mais cedo para pegar o único ônibus que sai da universidade.

Já é noite quando chego em casa. As meninas estão fazendo o dever de casa. Só tenho tempo de beijá-las. Saio correndo com os dois baldes, um em cada mão, para que tenhamos água no dia seguinte. Tomo meu lugar na fila dos vizinhos. A cada dia que passa sai menos água da torneira, e a espera fica mais longa. Esperamos, juntos, que algo chegue. A água, a luz, o dinheiro. Alguém atrás de mim ruma uma queixa. Eu olho para o céu e faço silêncio, para que não me ouçam. Tudo isto vai passar, repito.

Dias atrás vi Herminia, a única vizinha com quem converso. Estava careca, a velha. Suas filhas a levaram à fronteira para vender seu cabelo. Deram 60 mil pesos a uma e 40 mil à outra. O cabelo preso no coque de Herminia não deu para muita coisa, e, se bem que compraram um pouco mais de farinha, tampouco durou. Herminia sente medo, eu também. Do quê?, lhe pergunto. Que fechem a porta e a deixem sozinha. Que a luz se apague e ela não volte mais. O que está dizendo, minha senhora!, eu a repreendo. Mas estou mentindo. Como ela, sou mordido pelo medo... de que não aconteça nada (BORGIO, 2019, p. 1).

O conto foi lido em voz alta. Dividimos o texto em fragmentos para que todos pudessem ler. Durante a leitura, os alunos iam se identificando com os personagens, com o poder e o mal estar das ruas vazias, com o barulho dos tiros, com a escassez das arepas e da medicação, com o cabelo mal-cuidado da mulher que não tem mais condições financeiras para tingi-lo, com a caixa de mensagem vazia do computador do técnico de laboratório que já não tem mais recursos para seu

trabalho, com a velha que raspa totalmente seu cabelo para vendê-lo e ganhar algum dinheiro para o seu sustento e, por fim, com a personagem que explicita seu desejo de levar consigo algo de sua casa em Caracas para sua casa que não sabe onde será: o prato de porcelana, o único que restou depois de tantas refeições em família feitas ali? Ou aquela blusa de lantejoulas azuis que tinha sido da mãe?

Após a leitura de “Algo vai Acontecer”, o tema do *objeto*, que para mim é tão caro, pareceu ter suscitado algum interesse entre os alunos. Depois do café, passamos a conversar sobre o conto e uma aluna comentou que as coisas, principalmente, aquele único objeto que veio com ela na mochila, pareciam exercer uma influência secreta, já que eles podiam dizer muito sobre ela. Essa estudante venezuelana deu o gancho para que eu distribuísse pedaços de papel para que neles escrevessem o objeto que escolheram trazer de sua casa, no momento da partida. Cada um redigiu o seu objeto e deu para outro aluno ler. Montamos uma ciranda e, dessa maneira, os objetos circulavam.

Nos organizamos em círculo e os objetos foram tomando a voz de quem lia. Ouvíamos sair daqueles pedaços mínimos de papel palavras como virgindade, relógio, cansaço, terço, fotos, bandeira do meu país, um colar da mãe, chave da casa, uma carta de amor. No começo da atividade, eu estava muito atenta às palavras que eram lidas, afinal, os objetos eram muito importantes para a minha pesquisa. Depois de um tempo, comecei a prestar atenção não somente no aluno que lia, mas também nos que o escutavam. Uma aluna venezuelana, já nos seus 50, começou a chorar copiosamente. Ela nos contou, enquanto as lágrimas escorriam, que também havia vendido seus cabelos. Nesse momento, todas as mulheres trocaram olhares solidários. Nós, mulheres, sentimos um pouco da dor de Rosa. Nós somos as que vendem os cabelos por um quilo de farinha, o que não deixa de ser um escambo, uma troca de objetos. Porém, naquele momento, percebi que o cabelo de Rosa não era apenas um objeto. Os cabelos eram parte de seu corpo, de sua maneira de se expressar como mulher.

O tema do corpo como objeto, sem que eu me desse conta naquele momento, estava permeando de alguma forma o meu trabalho. As prostitutas venezuelanas que trazem seu corpo e suas calcinhas a Boa Vista e, com seu trabalho, se sustentam. Aquela jovem mãe refugiada em Pacaraima, a quem perguntei se trouxera algum objeto, me disse, olhando fixamente nos meus olhos: *mi hija*. E agora, ao escrever sobre Rosa, me dou conta de que falar de seus cabelos é também falar de seu corpo.

Havia ali, além dos objetos e dos cabelos de Rosa, dois papezinhos em branco. Os papéis em branco ocuparam um lugar importante na ciranda. O vazio da folha naquele contexto em que os alunos estavam implicados na discussão do conto era uma mudança na ordem de se comunicar e de se relacionar com o que ficou para trás. Ali, porventura, havia aquilo que Arcadio Díaz-Quiñones (2016, p. 38) chama de “uma outra ordem do saber, um método difuso e sem alarde para navegar a vida cotidiana, onde tudo é extremamente precário, cambiante ou violento”.



Atenas, 2018.

Os dois papéis em branco causaram desconforto. O vazio no papel se fez enorme e o aluno venezuelano, dono de um dos papeizinhos, tomou a palavra e nos contou que não trouxe nada da Venezuela. Tudo que lhe importava naquele momento já não estava mais naquele país. Sua fala foi segura e cálida. Esse aluno, há 7 meses no Brasil, é dono de um português impecável. Suas palavras frescas ali naquela sala de aula soavam como seu segundo nascimento.

O segundo papel em branco era muito pequeno para aninhar o tamanho do objeto a ser escrito ali. O silêncio voltou a preencher a sala de aula como se quase todas as pessoas refugiadas daquele recinto compreendessem, “sem alarde”, a precariedade e a violência da vida cotidiana. Mais tarde, por mensagens de voz por *WhatsApp* e em espanhol, a aluna, dona do segundo papel em branco, me contaria que trouxe de lembrança a caixinha de música de sua filha de 8 anos. Laura Valentina morreu atropelada em Caracas, pouco antes das duas partirem de refúgio para o Brasil.

Eu não tive como escapar desse objeto – a caixa de música –, elo entre vida e morte, entre silêncio e música, entre memória afetiva e resistência, entre passado e futuro, entre mãe e filha, entre duas mulheres. A caixa de música pode ser tomada com um símbolo quase infinito de possibilidades ou de associações livres. Em seu ensaio “A memória rota”, Arcadio Díaz-Quiñones (2016, p. 245) sugere que “a memória livre é essa fidelidade à crítica que emerge de modo tão inexorável de suas vozes, e que estabelece a distância entre o que olha o que é olhado, sem que essa tensão seja resolvida”.

A memória livre é uma chave importante neste trabalho, pois ela nos abre vias para pensarmos sobre o que fazer da memória. A ideia de uma memória livre, de suas várias vozes, permite a coexistência de tensão e contradição, afeto e resistência, futuro e passado. Trata-se de uma ideia inclusiva e reflexiva, “pois ao mesmo tempo, nos converte em observadores contaminados pelo observado, observadores que olham e no mesmo instante se sentem vistos e perscrutados” (DÍAZ-QUIÑONES, 2016, p. 245).

Ao escolher um objeto no momento da partida, o refugiado faz um exercício de registro da memória, uma prática de memória livre, já que aquele objeto pode representar e revelar contradições, afeto, resistência, futuro e passado. O objeto pode narrar a memória mutilada pelo tempo e pelas circunstâncias de vida refugiadas. No momento em que escrevo me encontro lado a lado com meus alunos e com os tantos refugiados que encontrei: da mesma maneira que escolher um objeto pode ser um ato narrativo, gravar a memória desse ato também o é.

**CAPÍTULO III**  
**QUERO GRAVAR AQUI SEU NOME**

## PARTE I

*Quero gravar aqui seu nome*, o último capítulo desta dissertação, traz a estória de Hanoi, Laura Valentina e uma caixinha de música. Foram essas duas pessoas e esse objeto que me deram ânimo afetivo e inspiração intelectual para as páginas que virão. Por esses motivos *gravo* aqui seus nomes.

Aleida Assmann sugere que as “recordações estão entre as coisas mais voláteis e incertas que há. Por isso é que as pessoas em diferentes culturas em todos os tempos recorreram a estabilizadores materiais de memória” (ASSMANN, 2011, p. 267). Para a autora, os “estabilizadores de memória” são espaços de fixação, isto é, espaços concretos em que a memória, muitas vezes, pode estar representada ou simbolizada. Tais espaços podem existir entre os objetos, os materiais visuais que vão até à escrita, a língua, o corpo e os afetos. A memória parece exigir ser corporificada para que se mantenha presente.

A ideia de que a memória parece exigir ser corporificada, ou seja, que ela necessita de um estabilizador para ser simbolizada, é fundamental para eu entender por que minha aluna Hanoi trouxe da Venezuela a caixinha de música da filha morta e, também, por que toda essa estória me foi contada em espanhol. Assmann (2011) enfatiza, ainda, que a língua materna é o estabilizador mais poderoso das recordações e foi em espanhol que Hanoi me contou em detalhes sobre a perda da filha, sobre as cicatrizes que o acidente deixou em seu rosto e sobre a caixinha de música. A língua materna deu poder de expressão a Hanoi; se não fosse em espanhol, talvez ela não tivesse condições de evocar sua experiência com tanta profundidade. Sua voz, às vezes, embargava, mas mesmo embargada, era potente. Hanoi queria contar, queria dividir as memórias passadas que a moviam no presente. Naquele domingo à noite, as mensagens de voz no WhatsApp iam chegando aos pedaços, como se elas tivessem fugido do controle de Hanoi. Minha aluna procurava dar precisão aos pormenores, a cada sentimento. Assim como os sentimentos, vindos de uma experiência tão dolorosa, a presença das cicatrizes no seu rosto parecia ajudá-la a organizar suas lembranças, construir uma narrativa e, assim, dar acesso ao inacessível:

Quando já ficou esquecida a dor, ainda resta algo, um resíduo irreversível, os vestígios que a faca ou a pedra deixam marcado no corpo, as cicatrizes das feridas recebidas. Um homem iniciado é um homem marcado [...]. As marcas impedem o esquecimento, o próprio corpo traz em si as marcas da memória, o corpo é memória (ASSMANN, 2011, p. 264).

A língua, as marcas no rosto de Hanoi e a maneira como ela construiu suas recordações foram revelando que talvez o importante da memória não estivesse apenas no fato de contar a verdade, e sim, do que ela elegeu contar. Jeanne Marie Gagnebin (2014) nos lembra que a memória é paradoxal. Ela está ligada a querer lembrar, mas junto com ela muitas vezes nos chegam imagens que gostaríamos de esquecer, isto é, a memória só existe ao lado do esquecimento. Esses rastros da memória – o como, o que se narra e o que não é narrado – passam a ganhar importância, pois trazem complexidade às recordações. Os pequenos atos falhos, as repetições, o que é esquecido, a mudança de tom de voz, a dificuldade de articulação, a escolha das palavras e dos objetos para simbolizar as recordações, como também o que fazer com essa memória, são questões importantes e que mais uma vez me aproximam daquilo que Arcadio Díaz-Quñones chamou de memória livre.

A ideia de uma memória livre, como discuti no capítulo anterior, permite a coexistência de lembrança e esquecimento, tensão e contradição, afeto e resistência, futuro e passado. Permite, sobretudo, que se faça algo no momento presente e no futuro com essas recordações do passado. Quando Hanoi escolhe compartilhar sua estória e suas memórias comigo, vejo também um ato de resistência de sua parte. Um aspecto dessa resistência está no espanhol, sua língua de poder. Ela fala em espanhol para que não lhe falem as palavras, mas também porque é a língua materna dela e não a minha. Quando escolhe o espanhol, sua narrativa ganha força, sua estória ganha amplitude política, marcando sua posição de imigrante e de refugiada venezuelana. Foi naquele momento e apenas naquela língua que sua estória pôde não apenas ser rememorada, mas também contada com elementos de “outra ordem de saber” (DÍAZ-QUIÑONES, 2016, p. 38), isto é, “um método difuso, e sem alarde para navegar a vida cotidiana, onde tudo é extremamente precário, cambiante ou violento” (DÍAZ-QUIÑONES, 2016, p. 38). Na fala, Hanoi revelou toda a violência que havia sofrido. As pausas, bem como os momentos em que as palavras desapareciam ou era impossível articulá-las, deixavam clara a vulnerabilidade de sua vida. Outro aspecto importante é que havia um recordar amoroso da filha, do seu sorriso, da importância do seu nome composto e dos seus inúmeros apelidos. Quando escolhe o espanhol, Hanoi organiza sua mensagem e traça um arco que inclui memória, língua e a sua posição como detentora de uma história. Ela recorre no momento presente a saberes que têm a ver com sua experiência de vida pregressa, sua relação com o mundo das coisas e das pessoas. Suas mensagens mostram essa trama complexa que é a memória; ao mesmo tempo em que a humaniza e a aterroriza, lhe dá a possibilidade de tomar a palavra.

Pensar o lugar da memória como espaço de resistência é pensar na memória como um ato político. Quando, ao longo do semestre, Hanoi me envia algumas de suas fotos pessoais, que incluem a foto da caixinha de música e várias fotos de Laura Valentina, ela estava fazendo uma escolha entre recordação e apagamento. Através das fotos, escolheu o que quis lembrar, e o que quis que eu conhecesse, fazendo-me refletir sobre o seu olhar, suas escolhas e seu sentir. Meus olhos passaram a estar implicados com a sua subjetividade, alterando, portanto, a minha.

Recebi fotos de Laura em várias idades diferentes. A foto da caixinha de música sempre foi o grande silêncio de Hanoi e, talvez por isso, foi uma das últimas imagens a chegar. As fotos iam chegando na forma de relatos fragmentados. Nesse processo percebi que a memória não é totalizante, isto é, não chega como um bloco acabado. No caso da minha aluna, suas memórias pareciam vir aos poucos e sempre tornavam fecundo o presente da nossa conversa. A memória é um motor dessa complexidade de passado-presente-futuro, afeto, trauma, refúgio, dor, mas de alguma conquista também. Para Arcadio Díaz-Quinõnes, a memória é a manutenção da vida de uma tradição, de uma história. Manter uma estória viva é também um ato de resistência.

Ao abrir o arquivo de fotos da menina, as memórias de Hanoi passaram também a ser minhas. Agora eu conhecia a história da sua filha, seu rosto e sua caixinha de música. A memória dessa criança passou a ser nossa, como se de agora em diante eu também fosse responsável por essa recordação e pelo afeto que as fotos e a estória produziram em mim. A caixinha de música estava recompondo o passado e fecundando o presente. A memória estava sendo convocada, e eu estava fazendo parte de quem sabia dela.

Agregar o conceito de resistência ao de memória é fundamental. Resistir é uma intersecção entre o passado e o futuro, ou melhor, é lembrar e experimentar o passado no tempo presente, dando a ele um novo significado. A resistência pode ser um elemento impulsionador de recriação do passado para seguir no presente e construir o futuro. Em *Crítica da Razão Negra* (2018), Achille Mbembe nos lembra da importância do “tempo por vir”:

O tempo por vir é o reconhecimento do fato de que não se pode viver no passado. O passado pode servir como motivo de inspiração. Pode-se aprender com o passado, mas os conceitos morais do dever, de responsabilidade e de obrigação decorrem diretamente do nosso entendimento do futuro. O tempo do futuro é o da esperança. O presente é o tempo do dever (MBEMBE, 2018, p. 167).

A caixinha de música, objeto muitas vezes delicado, ganha aqui mais um sentido, o de resistência. Assume também a representação daquilo que está por vir. Foi o objeto que Hanoi escolheu para acompanhá-la na sua situação de refúgio, na conquista de uma nova narrativa para

si. Entretanto, a caixinha de música carrega um paradoxo: ela não é apenas a recordação da morte de sua filha; ela é também um corpo vivo trazido pela força da sua materialidade, pela potência de sua presença real e pela sua relação dolorosa com o passado. O mesmo objeto que faz Hanoi lembrar da morte é também o objeto que faz lembrá-la que está viva.



Caixinha de música de Laura, 2019.

O objeto e a memória ocupam um lugar vital aqui. Aos poucos fui percebendo que a caixinha de música, o objeto trazido no momento que Hanoi deixa sua casa para refugiar-se no Brasil, não era um objeto qualquer. Também descobri que falar de objetos não é simples. Os objetos representam um mundo à parte e muitos pensadores e artistas refletiram e ainda refletem sobre o tema<sup>22</sup>.

Falar sobre o objeto requer, portanto, que se fale também sobre o homem, sobre os diferentes tipos de relações que este pode estabelecer com o primeiro. Essa relação é trazida principalmente por Abraham Moles, o qual considera que o objeto nada mais é do que um instrumento fabricado pelo homem; um elemento que permite sua ação sobre o exterior, tornando o mundo mais “acessível, intimista e personalizável”. [...] O homem se utiliza, por conseguinte, de cada um desses produtos com o propósito de ter contato e de se colocar no mundo, tanto na esfera social quanto na pessoal (CORRÊA E SILVA, 2013, p. 12).

Os objetos não estão atrelados a uma única função. De fato todos eles servem para um conjunto de funções, até mesmo para finalidades diferentes das habituais. Também pode acontecer de um objeto ganhar outro papel que não aquele para o qual foi produzido ou, com o tempo, perder sua função convencional e ganhar outra.

---

<sup>22</sup> Dentre inúmeras referências temos Jean Baudrillard, Abraham Moles, Alfred Gell, Daniel Miller, Janet Hoskins, José Reginaldo Gonçalves, Walter Benjamin, Arjun Appadurai, Kobi Peled, Igor Kopytoff, André Breton, Salvador Dalí, René Magritte e Marcel Duchamp.



Caixinha de música de Laura, 2019.

Laura Valentina usava a caixinha de música para guardar suas pequenas bijuterias. Sei que junto com os colares, as pulseiras e as fivelas, havia também seu primeiro dente de leite. Sei do detalhe do dente pela sua mãe. Sei também que a melodia que Laura ouvia é a mais tradicional das melodias das caixinhas de música – “Para Elisa”. À primeira vista, nada mudou nesse objeto desde que ele chegou ao Brasil, dentro da mala de Hanoi. A caixinha de música agora está em silêncio, entretanto, os pequenos objetos guardados ali continuam intactos, do jeito que Laura os deixou em Caracas.

Para Hanoi, a caixinha de música da filha ganhou outra função, um lugar deslocado, ou melhor, lhe é dado um outro sentido, diferente do literal, transformando o objeto em espaço de recordação, de resistência, de vida e de morte, de passado e futuro, de porvir. A caixinha de música se transformou em uma metáfora.

Deslocar os objetos de seu uso natural e transformá-los em metáfora não é um feito apenas de Hanoi, que provavelmente o fez de maneira instintiva e amorosa e, por esse motivo, criou uma estória para ser *gravada* neste trabalho. Walter Benjamin é conhecido também por ter sido um grande colecionador de objetos. Em seu livro *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação* (2009), Benjamin já apontava para alguns desses deslocamentos:

No início, contudo, tais brinquedos não foram invenções de fabricantes especializados, mas surgiram originalmente das oficinas de entalhadores em madeira, de fundidores de estanho etc. Antes do século XIX, a produção de brinquedos não era função de uma única indústria. O estilo e a beleza das peças mais antigas explicam-se pela circunstância única de que o brinquedo representava antigamente um produto secundário das diversas oficinas manufatureiras, as quais, redigidas pelos estatutos corporativos, só podiam fabricar aquilo que competia ao seu ramo. Quando, no decorrer do século XVIII, afloram os impulsos iniciais de uma fabricação especializada, as oficinas chocaram-se por toda parte contra as restrições corporativas. Estas proibiam o marceneiro de pintar ele mesmo as suas bonequinhas; para a produção de brinquedos de diferentes materiais obrigavam várias manufaturas a dividir entre si os trabalhos mais simples, o que encarecia sobremaneira a mercadoria (BENJAMIN, 2009, p. 90).

Os brinquedos já não são apenas para brincar. Ao fazer uma análise histórica do avanço do capitalismo, Benjamin inscreve o brinquedo dentro dessa evolução e aponta como, ao responder à lógica industrial, o objeto se torna cada vez mais homogeneizado e massificado. Ao propor tal reflexão sobre o brinquedo, o autor desarticula o seu sentido usual, permitindo pensar a sociedade. Essa transição do brinquedo do mundo artesanal para o industrial revela alguns outros contornos importantes. O primeiro deles é que o brinquedo, ao se transformar num produto de escala industrial, deixou em muitos casos de ser algo inventado e construído por pais e filhos, revelando

como a transição manual-industrial impactou o campo familiar. O segundo ponto que essa mudança nos mostra é que

as crianças não constituem nenhuma comunidade isolada, mas antes fazem parte de um povo e da classe a que pertencem. Da mesma forma que os brinquedos não dão testemunho de uma vida autônoma e segregada, mas são um mudo diálogo de sinais entre criança e o povo (BENJAMIN, 2009, p. 94).

Ao analisar a caixinha de música de Laura pelos olhos de Benjamin, meu objeto de estudo ganha ainda mais camadas. A primeira caixinha de música foi inventada em 1796, por Antoine Favre, um relojoeiro suíço. Na época, as caixinhas de música eram totalmente artesanais. No entanto, a partir de 1875 elas passam a ser industrializadas e produzidas em larga escala por Charles Paillard, na França (MA BOÎTE À MUSIQUE). A caixinha de música de Laura é um exemplo dessa transformação no modelo de produção do qual Walter Benjamin é crítico. Laura ganha de sua mãe, funcionária de uma lotérica, uma caixinha de música de plástico rosa com uma enorme Hello Kitty na tampa. Trata-se, sem dúvida, de um exemplo do avanço capitalista no mundo, tanto pela industrialização em larga escala do produto como pelo ícone da cultura pop mundial que carrega. No entanto, a caixinha de música de plástico rosa que, por um lado, serve para exemplificar o modo de produção capitalista, por outro, representa aquilo que Benjamin notou sobre o diálogo mudo entre a criança e a sociedade. A caixinha de música da Hello Kitty mostra que a menina de 8 anos estava inscrita em seu tempo, no seu povo e na sua classe social. Além disso, a caixinha de música de Laura Valetina é investida de outros sentidos que não só os culturais – essa caixinha guarda seus pequenos objetos pessoais. Em suma, é possível dizer que a caixinha de música de Laura Valetina torna-se *o* objeto e deixa de ser *um* objeto. Ele se torna único.

É intrigante pensar como os objetos se prestam aos muitos deslocamentos de sentido – e de uso. Benjamin é filho de uma família típica da burguesia judia, abastada e assimilada, como havia muitas no começo do século XX na Alemanha. Filho de um negociante de arte em Berlim, Walter Benjamin parece nunca ter se ligado ao mundo do comércio:

Benjamin não pertence nem ao establishment acadêmico nem a um movimento intelectual determinado (como o expressionismo ou outros “ismos”). Ele representa, como diria Hannah Arendt, uma espécie em extinção na sociedade ocidental do século XX: “un homme de lettres”, isto é, um homem culto, inteligente, livre e, antes de mais nada, deslocado (NÚCLEO..., 2020).

Em 1933, Hitler se torna o novo chanceler do Reich, inaugurando uma caça sem precedentes aos comunistas, aos homossexuais e também aos judeus. É quando Benjamin, já um intelectual conhecido na Alemanha, se refugia em Paris, tornando-se membro do Instituto de Investigação Social, ao lado de Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Friedrich Pollack,

entre outros. Na capital francesa, local onde viverá até quase sua morte, sua vida passa a ser marcada pelo desterro, transitando entre a hospitalidade e a hostilidade. O filósofo muda frequentemente de endereço, ou para viver em quartos mais baratos ou para fugir dos olhos da Gestapo.

Em maio de 1939, Benjamin toma conhecimento pela embaixada alemã em Paris que foi destituído da cidadania alemã. Em 1º de setembro, Inglaterra e França exigem a retirada das tropas alemãs e, diante da recusa, declaram guerra à Alemanha em 3 de setembro. No mesmo dia, o governo francês afixa avisos públicos que chamam os cidadãos de origem alemã e austríaca, agora virtualmente inimigos da França, a se encontrar num estádio olímpico, no norte de Paris. Walter Benjamin segue a ordem como cerca de outros quatro mil homens. As condições de internação e de higiene eram muitíssimo precárias. Depois de umas duas semanas, os detentos foram transferidos para “campos para trabalhadores voluntários” na província. Benjamin chega assim em Vernuche, perto de Nevers, num antigo castelo vazio e sem nenhum conforto. Os trezentos internos organizam uma vida comunitária provisória. Em meados de novembro, Benjamin é libertado graças à ação conjunta de seus amigos franceses Adrienne Monnier e Henri Hoppenot, um diplomata de alto escalão, que trabalhava no Ministério das Relações Exteriores e que iria, mais tarde, passar para a Resistência (NÚCLEO..., 2020).

A cada fuga, Benjamin deixava para trás um pouco de sua coleção, que incluía livros infantis, livros de doentes mentais, brinquedos antigos, e também cartões postais. Por um lado, ele era obrigado a deixar muitos de seus objetos para trás, mas, por outro lado, sempre escolhia alguns para acompanhá-lo ao próximo esconderijo.

Era claro que Benjamin se interessava pelo mundo das coisas e essas, ao serem carregadas a cada fuga, me fazem pensar que sua coleção – das miniaturas de brinquedos aos cartões postais – de alguma forma disparava uma promessa de futuro. Essa promessa de futuro – esculpida no presente e informada pela experiência do passado – quiçá estava projetada em cada objeto escolhido por Benjamin em seus incontáveis deslocamentos. Para ele, tais objetos talvez significassem mais que o ato de possuí-los. Havia ali algo de aural<sup>23</sup> na própria vida material, de esperança e porvir como uma realização, isto é, uma conexão dialógica do presente com o passado, definindo as possibilidades concretas do futuro.

\* \* \*

---

<sup>23</sup> “O que é aura? É uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja. Observar em repouso, numa tarde de verão uma cadeia de montanhas no horizonte, ou um galho, que se projeta sua sombra sobre nós, significa respirar a aura dessas montanhas, desse galho” (BENJAMIN, 1985, p. 170).

De um lado, a França, do outro, a Espanha. Assim é Portbou, cidadezinha catalã que faz fronteira com a França, onde Benjamin, em setembro de 1940, depois de atravessar os Pireneus a pé com o objetivo de chegar à Espanha, e de lá aos Estados Unidos, se suicida. Em Portbou, a polícia franquista não o deixa atravessar efetivamente a fronteira internacional e, no dia seguinte, no pequeno Hotel Portbou, seu corpo é encontrado sem vida.

No quarto do hotel já não havia os pequenos brinquedos nem os cartões postais, objetos que costumavam estar na mala a cada fuga de Benjamin. Dessa vez, foi encontrada apenas a sua mala com algumas peças de roupa e

um relógio “aparentemente de ouro”, uma nota de 500 francos, uma nota de 50 dólares, uma nota de 20 dólares, um passaporte com vistos, um certificado do Institute of Social Research de Nova Iorque, seis fotografias, uma radiografia, um cachimbo, um óculos e cartas (COELHO, 2010, p. 4).

A importância dos objetos na vida de Walter Benjamin é patente. Ao ler sobre as circunstâncias de sua morte, um fato me chamou a atenção: ele morreu em consequência de seus problemas cardíacos ou se suicidou com uma overdose de morfina? Há algo nebuloso em torno daquele setembro de 1940 em Portbou: “Matou-se deliberadamente ou por acidente? Foi assassinado pelos franquistas ou pela Gestapo? Ainda hoje os pormenores do que aconteceu não são claros. Há incongruências e lapsos” (COELHO, 2010, p. 5).

No entanto, os objetos encontrados no seu quarto não deixam dúvidas de que pertenciam a ele. O relógio de ouro, o cachimbo e as cartas são rastros, marcas da existência humana que denunciam uma presença ausente. Pensar nesses rastros-objetos deixados no quarto de hotel é relevante. O seu sentido e sua ação imediata não é significar, ou seja, esses objetos foram deixados no quarto num caráter não intencional. Todavia, os objetos deixaram um resquício de uma história. Além de poucas roupas e uma radiografia, Benjamin deixa também seu relógio, passaporte, e algum dinheiro. Esses últimos – passaporte e dinheiro –, além de significarem para um refugiado a possibilidade de continuar a viver em algum outro lugar, revelam também a precariedade dos que são deslocados sob imensa pressão.

A experiência do refugiado é cheia de espera e de projeções rumo a uma vida futura, aquela que está por chegar, mas também é extremamente sentida, sofrida e perigosa. Penso na trilogia de Banksy, intitulada “Vista do Mar Mediterrâneo”, de 2017, que mostra boias salva-vidas sem as vidas. O que vemos é, em certo sentido, apenas a vista. O que se torna visível no trabalho de Banksy

é também uma das idiosincrasias da experiência do mundo do refúgio, ou seja, o projeto de um futuro que, muitas vezes, não se realiza.



Vista do Mar Mediterrâneo, 2017.



Vista do Mar Mediterrâneo, 2017.



Vista do Mar Mediterrâneo, 2017.

## PARTE II

Escrever é também fazer escolhas. Ao longo do processo de pesquisa e escrita, ficou ainda mais claro para mim que meu objetivo não era propor alguma solução para a questão do refúgio ou, tampouco, dar uma resposta definitiva para a imensidão de sentidos e relações que o objeto escolhido por um refugiado ao deixar sua casa possa ter. Meu desafio não é dar respostas, e sim, transformar uma experiência de vida em algo que mereça ser contado, memorado. Ou melhor, transformar uma vida anônima em algo singular e que, de alguma forma, possa reverberar em muitas outras. Há beleza nessas histórias de vida que estão sempre por um fio. Além de trazer o passado para mais perto do presente, falar delas potencializa as chances de intervir nos acontecimentos do futuro, trazendo detalhes de uma experiência que nem sempre é transmitida de boca a boca.

A experiência é o fio que arremata este trabalho. Nesta dissertação, contei a experiência da Hanoi que, por sua vez, está atravessada pela minha própria experiência, já que sou eu quem escrevo. E espero ficar claro por que Walter Benjamin, e não outro pensador, ganhou importância dentro desta história. A princípio me aproximei de alguns de seus escritos pela sua inquietação diante do mundo dos objetos. Ao me familiarizar com parte de sua obra, fui encontrando outras possíveis convergências. Eu estava me aproximando de um filósofo que, mesmo ocupado com questões tão amplas e “universais”, nunca perdeu seu interesse e nem deixou de refletir sobre o indivíduo, a pessoa, sua singularidade. Ele me fez entender como Hanoi é grande dentro da sua invisibilidade. E que tudo é uma questão de onde se joga luz, de onde se ilumina.

Há outro ponto que me conectou aos escritos de Benjamin. Foi quando comecei a olhar para a biografia do escritor que estava por trás dos textos, essa pessoa que gostava tanto de objetos, o fugitivo, o refugiado, o amigo – Benjamin durante sua vida contou com a amizade de Gershom Scholem – e o amante – Benjamin teve duas grandes mulheres em sua vida, Dora Pollack, mãe de seu filho Stefan, e Asja Lacis, a grande amiga marxista. Ao ocupar-se de fatos, detalhes, objetos, lembranças, cacos, Benjamin se ocupava também da experiência, do exercício de lembrar. As experiências são fundamentais porque guardam algo único do vivido, da natureza do aqui e agora. Quando penso em Benjamin, vejo alguém que, junto a outros refugiados judeus, anda quilômetros a pé pelos Pireneus em busca de refúgio, e é encontrado morto, rodeado por alguns objetos pessoais que o acompanhavam na fuga. Falar disso é trazer aqui sua existência única, isto é, sua experiência.

Num texto de 1933, “Experiência e Pobreza” (1995), Benjamin começou a compor suas considerações a respeito da experiência (*Erfahrung*), isto é, a sabedoria que é compartilhada em forma de uma história (ou de uma estória) que leva o outro, o ouvinte, a refletir e agir. Esse tempo de contar e de ouvir estórias está intimamente ligado a uma temporalidade pré-capitalista, para dizê-lo de maneira sucinta. A experiência para o filósofo é aquilo que transforma a vivência em experiência coletiva, e esta, por sua vez, viaja através de recados, estórias, fábulas e literatura. As “palavras tão perduráveis, que passam como um anel de geração em geração” (BENJAMIN, 1995, p. 114), permitem que a experiência se transforme também em narrativa coletiva.

No entanto, Benjamin reflete sobre uma outra forma de experiência – *Erlebnis* – que, segundo Jeanne Marie Gagnebin, podemos traduzir como vivência ou experiência vivida. Há uma diferença fundamental entre a temporalidade da *Erfahrung* e da *Erlebnis*:

Com o advento da industrialização e do capitalismo, o tempo da produção se torna um fator essencial da obtenção da mais-valia e, portanto, do lucro. Essa aceleração se torna universal, também em relação aos processos de narração, de escrita (Twitter!), de transmissão e de experiência: a vivência (um termo introduzido no fim do século XIX) designa uma experiência individual, não mais ancorada numa experiência coletiva, geralmente ligada a um presente fugidio, não mais ancorado numa tradição comum. Portanto, uma experiência vivida, certamente real, mas evanescente e difícil de ser realmente transmitida como um bem comum (GAGNEBIN, 2014, p. 14).

A experiência, no sentido da *Erlebnis*, nos faz pensar na necessidade de recuperar a importância daquilo que é singular e fugidio para a história oficial, passageiro e temporário, o casual, o acontecimento também como fonte da experiência. Podemos dizer que *Erlebnis* é a vivência do cotidiano ligada ao mundo moderno. E é nesse encontro de alguns fios de experiência vivida que aproximamos Hanoi de Walter Benjamin.

Nesta dissertação, Hanoi é grande, mas, fora deste texto, é uma mulher comum, refugiada e anônima. Hanoi deixa a Venezuela e escolhe refugiar-se no Brasil, um país que, segundo ela, sempre a encantou. Quando observamos as estatísticas de maio de 2020, produzidas pelo ACNUR e pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello<sup>24</sup>, fica claro o aumento do número de refugiados entre as

---

<sup>24</sup> Desde 2003, o ACNUR abriga a Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) em cooperação com centros universitários nacionais e com o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Em um acordo de cooperação com universidades interessadas, o ACNUR estabelece um Termo de Referência com objetivos, responsabilidades e critérios para adesão à iniciativa dentro das suas três linhas de ação: educação, pesquisa e extensão. Além de difundir o ensino universitário sobre temas relacionados ao refúgio, a Cátedra também visa promover a formação acadêmica e a capacitação de professores e estudantes dentro dessa temática. O trabalho direto com os refugiados em projetos comunitários também é definido como uma grande prioridade. Como exemplo de iniciativas, diversas universidades têm desenvolvido ações para fomentar o acesso e a permanência ao ensino, a revalidação de diplomas, assim como o ensino da língua

mulheres venezuelanas. A média geral de refugiadas no mundo é de 37,2%, enquanto a proporção de refugiadas venezuelanas no Brasil, em relação aos homens, é de 46,7%. A proporção de venezuelanas no Brasil supera, inclusive, os números da migração boliviana (46,4%), conhecida por ser mais feminina que as demais.

O olhar sobre as migrações femininas é um fenômeno recente. Mulheres sempre migraram, mas, por muitas décadas, foram desconsideradas ou tratadas como coadjuvantes tanto em pesquisas acadêmicas quanto no planejamento de políticas públicas:

nas décadas de 1970 de 1980, pesquisas feministas na Europa e nos EUA começaram a inspirar o estudo das migrações sob a perspectiva de gênero. No Brasil, esse processo foi ainda mais tardio e ocorreu principalmente a partir do ano 2000. Foi também quando as migrações internacionais em geral ganharam mais atenção da academia. O foco antes disso estava nas migrações internas, que também, até hoje, não se preocupam tanto com gênero (MANTOVANI, 2020).

Através das recentes pesquisas do ACNUR, sabemos que as mulheres são protagonistas no processo migratório. “O fato de estarem com familiares não significa que sejam apenas acompanhantes de uma figura masculina. Elas mobilizam a família, têm um papel importante na tomada de decisões e no caso das venezuelanas isso fica muito claro” (MANTOVANI, 2020). Ao olhar Hanoi pelo prisma do gênero, vejo que sua vivência como refugiada é semelhante à de muitas outras, inclusive aquelas que hoje estão no Norte Global: enquanto os refugiados aparecem em monumentos ou retratados como desbravadores, as mulheres que migram enfrentam os mesmos desafios que outras mulheres enfrentam em relação à desigualdade de gênero, mas, no caso das refugiadas, isso é agravado pelo contexto de deslocamento forçado. Ao considerar o fenômeno do refúgio sob a ótica do gênero, fica evidente que apesar de toda a desigualdade enfrentada, o papel ativo das refugiadas é fundamental no contexto do refúgio brasileiro e mundial.

Hanoi é uma mulher que representa e vive os desafios enfrentados pelas milhares de refugiadas do século XXI: sozinha num país que não é o dela, numa língua que não é a dela, inserida de forma precária no mercado de trabalho, lidando com regras culturais que não são as dela, embora aos poucos ela reconstrua sua vida no país de refúgio. Trata-se de vivência que, experimentada cotidianamente por tantas mulheres, segue sem narrativa, singular, solitária e incógnita. A

---

portuguesa à população de refugiados. A importância dessa iniciativa foi reconhecida pela Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina, assinada em 2004 por 20 países da região e que recomenda a investigação interdisciplinar da promoção e da formação do direito internacional dos refugiados. A Cátedra, como seu nome indica, é uma homenagem ao brasileiro Sérgio Vieira de Mello, morto no Iraque naquele mesmo ano e que dedicou grande parte da sua carreira profissional nas Nações Unidas ao trabalho com refugiados, como funcionário do ACNUR (ACNUR).

experiência vivida não é transmitida aos quatro ventos, ela é efêmera. E é efêmera porque, no fim de contas, na manhã seguinte, os desafios diários acordam junto com as refugiadas.

A história de Walter Benjamim e de Hanoi se cruzam na experiência vivida, naquela que não chega a se transmitir de pessoa a pessoa, como um recado. São experiências reais e fugazes e, por isso, difíceis de serem realmente transmitidas como um bem coletivo. Elas têm a ver com trajetórias pessoais, com uma temporalidade em que nem sempre o tempo contribui para que suas experiências se transformem em narrativas coletivas, que perduram, resistam ao tempo e inspirem a mudança de outros. Suas experiências são frutos da aceleração do tempo e do anonimato à procura de uma rota de fuga. Experiências invisíveis, e como (talvez) diria Walter Benjamim, nem por isso menos importantes.

O filósofo e a história de refúgio de Hanoi me deram lastro para pensar sobre a importância dos objetos e seus deslocamentos de significado. Pensar e narrar a ligação dessas vidas é *gravar* a importância da necessidade de lembrar. Pensar nas histórias de vidas refugiadas *hoje* é uma forma de lutar contra o esquecimento e o recalque, isto é, lutar ao mesmo tempo contra a repetição e pela rememoração.

pesar de  
tudo  
pesar do peso  
pesar do mundo  
sobre si mesmo  
pesar de nuvem  
pesar do chumbo  
pesar da pluma  
pesar do mundo  
desponta a estrela  
no vão imenso  
à tua espera

tudo se afronta  
pedra com pedra  
a própria onda  
quando se quebra  
a melodia  
onde me leva  
onde alivia  
onde me pesa  
tudo se agita  
durante a queda  
o que sustenta  
a nossa terra?

e nesse quando  
somente um ritmo  
peso e balanço  
um som legítimo  
canção sem medo  
de você para mim  
ó meu segredo  
te rezo assim:  
desde o princípio  
ao ponto cego  
eu arremesso  
um eco sem fim

(WISNIK e NEVES, 1993).



Lampedusa, 2015.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. We refugees. **Journal Symposium: A Quarterly Journal in Modern Literatures**. Reino Unido. Volume 49 (Issue 2), p. 114-119, 1995.

AGIER, M. Do refúgio nasce o gueto. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. P.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. S. (orgs). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

AGIER, M. **Migrações, descentramentos e cosmopolitismo. Uma antropologia das fronteiras**. Macéio/São Paulo: EDUFAL/Editora da Unesp, 2015.

ALBUQUERQUE JR, D. M. **Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro**. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADO (ACNUR). **A situação dos refugiados no mundo**. Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2017. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/publicacoes/caderno-de-debates-12-refugio-migracoes-e-cidadania>. Acesso em: 11 de mai. 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADO (ACNUR). **Refúgio, migração e cidadania**: Almada: A Triunfadora Artes Gráficas, 2000b.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADO (ACNUR). **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. 28 de julho de 1951: Estados-partes. 2000a Disponível em: <https://goo.gl/6eI1MY>. Acesso em: 28 de abr. 2020.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADO (ACNUR). **Deslocando-se através das fronteiras**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em: 20 set. 2019.

ANTUNES, A. **As Coisas**. Ilustrado por Rosa Moreau Antunes. Como é que chama o nome disso. São Paulo: Publifolha, 2006.

ANTUNES, A. O silêncio: O silêncio [faixa 1]. Direção Artística: Sérgio de Carvalho. São Paulo: BMG, 1996. 1 disco sonoro (55 min), estéreo. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=t2FA0BDS\\_4Y](https://www.youtube.com/watch?v=t2FA0BDS_4Y). Acesso em: 5 out. 2019.

ANTUNES, A.; ANTUNES, B.; BROWN, C.; MONTE, M. Tribalistas: Um só [faixa 2]. Direção Artística: Marisa Monte. São Paulo: Universal, 2017. 1 disco sonoro (34 min), estéreo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZTSd9AvKpaE>. Acesso em: 5 mar. 2020.

ANTUNES, A.; BROWN, C.; MONTE, M. Tribalistas: Ânima [faixa 7]. Direção Artística: Marisa Monte. São Paulo: Universal, 2017. 1 disco sonoro (34 min), estéreo. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=7\\_X\\_w2Xd4g](https://www.youtube.com/watch?v=7_X_w2Xd4g). Acesso em: 5 mar. 2020.

ANTUNES, A.; GIL, G. As coisas: Qualquer [faixa 12]. Direção Artística: Alê Siqueira e Arnaldo Antunes. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2006. 1 disco sonoro (49 min), estéreo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f6zbNzazCMs>. Acesso em: 5 out. 2019.

APPADURAI, A. **A vida social das coisas**. Niterói: EDUFF, 2008.

ARANTES, P.; DEUSDARÁ, B. Português para refugiados: aliando pragmática e discurso em resposta a uma demanda concreta. **Letrônica**. Porto Alegre, v.8, n.1, p. 45-59, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica>. Acesso em: 5 out. 2019.

ASSMANN, A. **Espaços de Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BAENINGER, R. Governança das migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. *et al* (Orgs.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 135-138.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas, vol. 1**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Tradução de Marcos Vinicius Mazzari. São Paulo: Editora 34 / Editora Duas Cidades, 2009.

BITTENCOURT, A. Notas sobre um livro esquecido de Walter Benjamin (em um instante de perigo). **Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://blogbvps.wordpress.com/2020/09/24/notas-sobre-um-livro-esquecido-de-walter-benjamin-em-um-instante-de-perigo-por-andre-bittencourt/>. Acesso em: 23 de out. 2020.

BORGO, S. K. **Noite em Caracas**. Tradução Livia Deorsola. Rio de Janeiro: Editora Intrínica, 2019.

BORGO, S. K. Algo vai acontecer. Tradução Clara Allain. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 maio, 2019. Seção Mundo.

BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Entrevista com Jeanne Marie Gagnebin. **Revista Redobra**. Salvador, v.14, ano 5, p. 13-17, 2014. Disponível em: [http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2014/12/REDOBRA\\_14\\_web.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2014/12/REDOBRA_14_web.pdf). Acesso em: 24 nov. 2020.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

CELDRÁN, M. Los objetos que los surrealistas creaban para combatir la lógica. **20 Minutos**. Madrid, 2013. Disponível em: <https://www.20minutos.es/noticia/1963654/0/surrealismo/objetos-escultura/exposicion/?autoref=true>. Acesso em: 07 de out. 2020.

COELHO, L. A. M. O mais sozinho dos homens. **Jornal Público**. Lisboa, Caderno ÍPSILON. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/walter-benjamin-memc3b3ria.pdf>. Acesso em: 24 de out. 2020.

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. **Página institucional**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/Acesso/Institucional>. Acesso em: 05 out. 2019.

CORRÊA, M.; SILVA, C. Os objetos e os seus usos. **Cultura Visual**, Salvador: EDUFBA, n. 19, p. 11-26, jul. 2013.

CORTAZÁR, N., G. Brasil dá refúgio a 21.000 venezuelanos em um dia, o dobro dos asilados em duas décadas. **El País**, São Paulo, 6 dez. 2019. Seção Imigração. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-12-06/brasil-da-refugio-a-21000-venezuelanos-em-um-dia-o-dobro-dos-asilados-em-duas-decadas.html>. Acesso em: 13 maio 2019.

CURSO MAFALDA. **Quem somos**. Disponível em: <http://mafaldameraki.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 05 out. 2019.

DERRIDA, J. **Anne Dfourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003.

DÍAZ-QUIÑONES, A. **A memória rota: ensaios de cultura e política**. Tradução e organização de Pedro Meira Monteiro. São Paulo: Editora Companhia da Letras, 2016.

EGAS, J. A solidariedade com o refugiados começa com todos nós. In: BAENINGER, R.; SILVA, J.C.J. *et al* (Orgs.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 31-37, 2018.

ENDO, P. Pensamento com margem, lacuna e falta: Memória, Trauma, Luto e Esquecimento. **Revista USP**. São Paulo, n. 98, p. 41-50, jun./jul./ago. 2013.

FERRARINI, P. P. F. L.; MAGALHÃES, L. D. R. O Conceito de Memória na Obra Freudiana: Breves Explanções. **Revista Estudos Interdisciplinares em Psicologia**. Londrina, v.5, n.1, p. 109-118, jun. 2014.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Editora Passagens, 1992.

FREITAS, T., M., G. *Erfahrung e Erlebnis* em Walter Benjamin. **Revista Garrafa**. Rio de Janeiro, v.12, n. 36, p. 10-15, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/garrafa/article/view/7918/6380>. Acesso em: 15 dez

FREUD, S. **Luto e melancolia**. Tradução Marilene Carone. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2014.

FUKS, J. **A Ocupação**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

GAGNEBIN, J. M. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.

GATTI, L. Walter Benjamin e o Surrealismo: escrita e iluminação profana. **Artefilosofia**. Ouro Preto, n.6, p. 74-94, abr. 2009.

HAMID, M. **Passagem para o Ocidente**. Tradução José Geraldo Couto. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

HOLMAN, J. S.; ADAMS, T.E; ELLIS, C. **Handbook of Autoethnography**. California: Left Coast Press, INC., 2015.

HOSKINS, J. Agency, Biography and Objects. In: TILLEY, C. Y. **Handbook of material culture**. Londres: SAGE, 2006. p. 74-84.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, v.12, n.12 (2017).

JUBILUT, L. L.; FERNANDES, A. P. A atual proteção aos deslocamentos forçados da Venezuela pelos países da América Latina. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. *et al* (Orgs.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 164.

KOLTAI, C. *et al* (Org.). **O Estrangeiro**. São Paulo: Editora Escuta/FAPESP, 1998.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, ARJUN. **A vida social das coisas**. Niterói: EDUFF, 2008.

LAGO, Miguel. A profecia do Monte Roraima. **Revista Piauí**. Rio de Janeiro, 27 ago. 2018.

LAPLANCHE, J., PONTALIS, J.B. **Vocabulário de Psicanálise**. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1988.

LIMA, J. B. B. *et al* (Org.). **Refúgio no Brasil**: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014). Brasília: Ipea, 2017.

LOPEZ, J. L. Uso y Significado de los Objetos en la Literatura Francesa Surrealista. **Revista Signa** n.23, Madrid, p. 585-610.

MACÉ, M. **Siderar, considerar: migrantes, formas de vida**. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2018.

MA BOÎTE MUSIQUE. **Página institucional**. Paris, França. Disponível em: <http://www.ma-boite-a-musique.com/mag/pt/page-106240.htm>. Acesso em: 7 dez. 2020

MATEOS, M.C. **Migrando**. São Paulo: Editora 34, 2015.

MANTOVANI, F. Diário de uma refugiada: venezuelana relata a experiência de migrar ao Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 dez 2020. Seção Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/12/diario-de-uma-refugiada-venezuelana-relata-experiencia-de-migrar-ao-brasil.shtml>. Acesso em: 14 dez. 2020.

MBEMBE. A. **Crítica da Razão Negra**. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE. A. O tempo que se agita. In: PEDROSA, A., CARNEIRO, A., MESQUITA, A. *et al* (Orgs.). **Histórias Afro-Atlânticas Vol 2 Antologia**. São Paulo: MASP, 2018. p. 125-144.

MEIRA, A. M. Benjamin, os brinquedos e a infância contemporânea. **Psicologia & Sociedade**. Recife, v.15 (2), p. 74-87, jul./dez. 2003.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Refúgio em Números**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em: 25 de abr. 2020

MORA, A. Breton-Cortázar: vida de los objetos. **Hallazgos**. Bogotá, vol.12 (24), p. 139-157, 2015.

MONTEIRO, P. M. A arte de furtar-se. In: DÍAZ, A, Q. **Memória Rota: ensaios de cultura e política**. Tradução e organização Pedro Meira Monteiro. São Paulo: Editora Companhia da Letras, 2016. p. 20-34.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Página institucional**. Brasília, DF. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/>. Acesso em: 14 de abr. 2020

NÚCLEO BRASILEIRO DE ESTUDOS WALTER BENJAMIN. Disponível em: <http://www.uesc.br/nucleos/nbewb/biografia.html>. Acesso em: 24 de out. 2020

OLIVEIRA, C. G. C. **Conversas com refugiados: interações de um campo social heterotópico**. 2019. 165f. Dissertação (Mestrado no Setor de Ciências Jurídicas) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2019.

PEIXOTO, F. A. Os objetos e suas artes. In: FONSECA, C.; RODHEN, F; MACHADO, P.S; PAIM, H.S (Orgs.). **Antropologia da ciência e da tecnologia, dobras reflexivas**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2016. p. 63-80.

PELED, K. Things that matter: nostalgic objects in Palestinian Arab homes in Israel. **Middle Eastern Studies**. Reino Unido, vol.53, n.2, 2017, p. 229-249. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/fmes20/current>. Acesso em: 06 out. 2019.

PERRUCHOUD, R. **Glossário Sobre Imigração**. Tradução Rosário Farmhouse. Genebra: Organização Internacional para as Migrações (OIM) Editora, 2009.

ROSA, M. Migrantes, Imigrantes e Refugiados: A Clínica do Traumático. **Revista Cultura e Extensão USP**. São Paulo, v.7, p. 67-76, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rce/article/view/46597>. Acesso em: 05 out. 2019.

SANTIAGO, S. **O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SAYAD, A. **A Imigração. Ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1988.

SEBALD, W. G. **Los Emigrados**. Tradução Teresa Ruiz Rosas. Barcelona: Editorial Anagrama, 2006.

SCHWARCZ, L., M. Lendo e agenciando imagens: O rei, a natureza e seus belos naturais. **Revista Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, vol. 04, n.2, p. 391-432, jul./dez. 2014.

SIMMEL, G. A Ponte e a Porta. **Serrote: Revista de ensaios, artes visuais, ideias e literatura**. Tradução de Laura Rivas Gagliardi, v.17, p. 69-75, jul. 1994.

SIMÕES, G., F. **Refugiados colombianos no Brasil e no Canadá: narrativas e estrutura de acolhimento**. Curitiba: Editora Appris, 2018.

SISCAR, M. Às voltas da casa. Ilustrado por Carla Caffé. **Revista Piauí**. Rio de Janeiro, edição 158, p. 68-69, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/as-voltas-da-casa/>. Acesso em: 08 de fev. 2020.

TOMA GARCIA, R. S. Reflexiones sobre las transiciones de un processo migratorio en Brasil. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. *et al* (Orgs.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p.178-182.

TONUS, J. L. Migrantes e refugiados: à (a) espera de uma narrativa? **Letras Hoje**, Porto Alegre vol.53, n.4, out./dez., 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-77262018000400476](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-77262018000400476). Acesso em: 08 de out. 2020.

WISNIK, J. M.; NEVES, P. Pesar do Mundo. Ongotô [faixa 8]. Direção Artística: Alê Siqueira. Salvador: BA, 2005. 1 disco sonoro (41 min), estéreo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fo-tZ1-k7L0>. Acesso em: 7 out. 2020.

WITTE, B. **Walter Benjamin**: uma biografia. Tradução de Alberto I. Bixio. Barcelona: Editorial Gedisa, 2002.

ZENERO, T. **Somos Estamos Refugiados**. Rio de Janeiro: Editora Bonecker, 2017.

**CRÉDITOS DE IMAGENS**

Página 28 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 29 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 31 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 33 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 34 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 41 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 43 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 45 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 46 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 51 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 52 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 53 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 54 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 55 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 56 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 57 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 58 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 59 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 60 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 61 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 62 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 63 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 64 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 65 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 66 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 67 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 68 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 69 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 70 .....	Andréa de Castro Melloni

Página 71 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 72 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 73 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 74 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 75 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 76 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 77 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 81 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 88 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 94 .....	Andréa de Castro Melloni
Página 101.....	Hanoi Yolitza Alfonso Maldonado
Página 103 .....	Hanoi Yolitza Alfonso Maldonado
Página 109 .....	Banksy, Vista do Mar Mediterrâneo, 2017
Página 110 .....	Banksy, Vista do Mar Mediterrâneo, 2017
Página 111 .....	Banksy, Vista do Mar Mediterrâneo, 2017
Página 117.....	Vik Muniz, Lampedusa, 2015